

Maria Emília da Silva

**A RELAÇÃO DO MARCO JURÍDICO DA SAPIENS PARQUE S/A
COM O PROCESSO DE INOVAÇÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel

**Florianópolis
2015**

FICHA CATOGRÁFICA

Maria Emília da Silva

A RELAÇÃO DO MARCO JURÍDICO DA SAPIENS PARQUE S/A COM O PROCESSO DE INOVAÇÃO

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Florianópolis, 05 de março de 2015.

Prof. Dr. Roberto Carlos dos Santos Pacheco
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC)

Prof. Dr. João Arthur de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina (PPGEGC/UFSC)

Prof.^a Dr.^a Patrícia de Oliveira Areas
Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

Esta Dissertação é dedicada à minha mãe Olga Emília da Silva, única responsável por minha busca incessante de conhecimento, no que pese não possuir conhecimento científico, porém, possuidora de conhecimento tácito de uma inigualável sabedoria, mesmo no alto dos seus 90 anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os colegas e professores do PPG/UFSC, de outros cursos de pós-graduação da UFSC e de outras instituições que compartilharam os seus conhecimentos e contribuíram com a disseminação e construção de novos, e em especial ao Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel, que orientou este estudo, por sua imensa paciência, dedicação e competência que me fez seguir os caminhos certos, dedicando seu caro e precioso tempo analisando essa dissertação, sobretudo, pelos meus tempos limitados de estudo, por ele compreendido, meu grande Mestre.

Ao Prof. Dr. Roberto Carlos dos Santos Pacheco Coordenador do Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC.

Ao Prof. Dr. Paulo Maurício Selig que não me deixou desistir de perseguir esse sonho, e pela troca de ideias e de experiências.

Ao Prof. Dr. Neri do Santos sempre justo em suas decisões, cujo nome encontrei perseguindo o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, desde documentos antigos, da década de 80, na CODESC, já ao lado da inovação e figurando como Secretário de Estado.

Ao Dr. José Fiates, Presidente Executivo da Sapiens, com seus desenhos a me explicar as dinâmicas do Parque e ideias a serem exploradas.

Ao meu irmão Dr. Júlio Santiago da Silva, advogado assessor da CERTI, grande amigo.

A esses homens minha homenagem ao me conscientizar do trabalho de formiga exercido, muito antes de pensarmos em possuímos, em nosso município, um Parque Tecnológico de tamanha envergadura, os considero heróis e visionários de um futuro melhor aos seres humanos.

Agradeço aos amigos da CODESC por meio do Presidente Dr. Miguel Ximenes Filho, ao Diretor de Planejamento e amigo José João Tavares e Diretora Administrativa e Financeira Sr.^a Sandra Eccel pela ajuda e compreensão de minhas ausências ao trabalho.

Agradeço aos membros da banca examinadora desta dissertação, Professora Dr.^a Patrícia de Oliveira Areas da Universidade da Região de Joinville, pela sua pronta determinação em vir de Joinville para a defesa desse estudo; e Dr. João Arthur de Souza, professor do PPGD/UFSC, por dispensar seu tempo e atenção e pelas valiosas contribuições e sugestões de aprimoramento do trabalho.

Finalmente, aos amores da minha vida, minhas filhas Sarah Emília Silva Pires e Marcela Emília Silva; e aos agregados Rodrigo Roschel Pires e Paulo do Valle Pereira, por existirem.

“É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão que sentar-se, fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias frios em casa me esconder. Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver”.

(Martin Luther King)

RESUMO

Sempre existiu uma busca por soluções que pudessem trazer uma vida melhor para a sociedade. O atual "século do conhecimento" não é diferente, no que diz respeito ao desenvolvimento científico e tecnológico, na busca por conforto e qualidade de vida. O desafio brasileiro, na atualidade, é tornar-se um país cujas atividades sejam intensivas em conhecimento, como instrumento de alavancagem para o desenvolvimento ambiental, econômico e social sustentáveis. O Estado de Santa Catarina conta com a UFFS, IFC, IFSC, EMBRAPA, UDESC, EPAGRI, com as instituições dos sistemas da ACAFE e da FIESC, instituições de ciência e tecnologia de excelência, empresas de tecnologia, incubadoras, institutos, fundações de apoio e educacional, que de forma pioneira vêm aplicando os mais diversos modelos para viabilizar o incentivo à inovação. Contudo, os empreendimentos existentes não possuem a segurança jurídica necessária, levando ao risco de responsabilizações pessoais, devido à ausência de normatização clara para o assunto. Será apresentado, neste estudo, o contexto dos parques tecnológicos em implantação/operação brasileiros, cujo objeto é abrir o leque de possibilidades de conhecimentos, informações, dados científicos e tecnológicos circularem no ambiente de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A Sapiens Parque está projetado para desenvolver-se com características comerciais, com alta atratividade para implantação de projetos privados, orientado e direcionado com foco no ser humano, no conhecimento e sabedoria. O modelo societário aplicado no parque é a Sociedade de Propósito Específico (SPE), forma de sociedade anônima, que permite captar recursos ainda dentro das suas alternativas próprias de gerar valores mobiliários e atrair investidores. Será exposto, por fim, os desafios relativos a implantação de Parques Científicos e Tecnológicos, políticas públicas brasileiras de incentivos, marco jurídico da Sapiens Parque como facilitador do processo de inovação.

Palavras-chave: Parques tecnológicos. Sapiens Parque. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Always had a search for solutions that could bring more life quality for the society. The actual “knowledge century” is not different in respect to scientific and technologic development searching for life quality and comfort. Brazil’s challenge of modernity is become a country that has intensive activities in knowledge, as an advantage instrument for environmental, economic and social sustainable development. The Santa Catarina State has UFSC, IFC, IFSC, EMBRAPA, UDESC, EPAGRI, with the institutions of ACADE and FIESC systems, institutions of science and technology excellence, technology companies, incubators, institutions, educational support foundations, which pioneered has been applying the most diversity models to enable the encouraging innovation. Meanwhile, the existing enterprises do not have the needed legal security, taking risks of personal liability, due of absence of clear regulation of the subject. The overall goal of this thesis is to analyze knowledge possibilities, information and scientific and technologic data move with legal security in one research and productive development environment of an technology park which see promote and facilitate the innovation, doing a study of Sapiens Park. Park that was design to grow with commercial features, with high attractiveness for implementation of private projects, guided and directed with Focus on the Human Being and the Knowledge and Wisdom. The secretary model applied in the park is call Society of Special Purpose (SSP), a corporation, which allows fundraise yet inside their own alternatives to generate securities and attract investors. Will be expose, lastly, the challenges relatives to STPs (Science and Technology Park) implementation, Brazilian public policy to encourage and Sapiens Park legal framework as innovation process inductor.

Keywords: Technology Park. Sapiens Park. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Parques tecnológicos em números.....	45
Figura 2 - Distribuição de parques em fases de desenvolvimento por região do país	46
Figura 3 - Distribuição de parques em fases de desenvolvimento por Estado do país	47
Figura 4 - Número de empresas nos parques tecnológicos	48
Figura 5 - Número de empregos nos parques tecnológicos.....	48
Figura 6 - Número de empregos nas empresas por nível de qualificação	49
Figura 7 - Fontes de financiamento por fase de desenvolvimento do parque (em milhões de reais)	50
Figura 8 - Principais áreas de atuação dos parques no Brasil.....	51
Figura 9 - Situação das ações para desenvolvimento dos parques em projeto	52
Figura 10 - Situação das ações para desenvolvimento dos parques em implantação	52
Figura 11 - Situação da estrutura física dos parques em implantação...	53
Figura 12 - Situação das ações dos parques em operação	54
Figura 13 - Situação da estrutura física dos parques em operação	54
Figura 14 - Região Metropolitana de Florianópolis e localização do Sapiens Parque	57
Figura 15 - Perspectiva do Master Plan do Sapiens Parque	58
Figura 16 - Master Plan – Principais Empreendimentos	59
Figura 17 - SENAI/SC	61
Figura 18 - INPETRO – Instituto de Energia, Petróleo e Gás.....	62
Figura 19 - CENTRO DE FARMACOLOGIA PRÉ-CLÍNICA - CRF 63	
Figura 20 - Centro Integrado Multiusuário na área de energia solar – CIM SOLAR.....	63
Figura 21 - ARENA SAPIENS	65
Figura 22 - INOVALAB – CENTRO DE INOVAÇÃO.....	66
Figura 23 – FLORIPA INTERATIVA – PROJETANDO O FUTURO	67
Figura 24 - Área do Marco Zero - Casarão	67
Figura 25 - Nova Marca do Sapiens.....	68
Figura 26 - Participação no 12º Fórum de Comandatuba e Pré-Estrela do Filme Minhocas.....	69
Figura 27 - Clusters de Inovação.....	70
Figura 28 - Biblioteca do Sesi e Espaço Quinta das Artes	72
Figura 29 - Fase 01 Parcial.....	72

Figura 30 - Área de Intervenção do Projeto de Gestão Territorial Integrada.	73
Figura 31 - Obras de infraestrutura da Fase Zero – Antes	75
Figura 32 - Obras de infraestrutura da Fase Zero – Depois	75
Figura 33 - Instalações elétricas e iluminação pública.....	76
Figura 34 - Estação de Tratamento Fase Zero	77
Figura 35 - Organograma Sapiens	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo: PCTs no mundo	34
Quadro 2 - Características principais Sapiens Parque - Fase Zero e Fase 01.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação societária da Sapiens Parque S/A.....	91
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABRAPP	Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada
ACAFE	Associação Catarinense de Fundações Educacionais
ACATE	Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia
ACIF	Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
ANVAR	Associação Nacional para a Valorização de Pesquisas
API Nano	Arranjo Produtivo de Inovação de Nanotecnologia
APL	Arranjos Produtivos Locais
Art.	Artigo
AURP	<i>Association of University Research Parks</i>
C&T	Ciência e Tecnologia
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CEAT	Centros de Serviços e Apoio às Empresas
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CELTA	Centro de Laboração de Tecnologias Avançadas
CERTI	Centro Regional de Tecnologia em Informática
CIATEC	Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas
CIM	Centro Integrado Multiusuário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODESC	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CRF	Centro de Farmacologia Pré-clínica
DAU	Departamento de Arquitetura e Urbanismo
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais
EBTs	Empresas de Base Tecnológica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETE	Estação de Tratamento de Efluentes
EVTE	Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica
FAPESC	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica

FAPEU	Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária
FATMA	Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente
FEESC	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina
FIESC	Federação das Indústrias de Santa Catarina
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente
FUNCITEC	Fundação de Ciência e Tecnologia
FUSESC	Fundação CODESC de Seguridade Social
GC	Gestão do Conhecimento
IASP	<i>International Association of Science Parks</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
ICTI	Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação
IET	Incubadora Tecnológica Empresarial
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
ILP	<i>Industrial Liason Program</i>
InovaLab	Centro de inovação para desenvolver e instalar projetos inovadores e estratégicos
INPETRO	Instituto de Petróleo, Óleo e Gás
ISP	Instituto Silva Paes
LIM	Laboratório Integrado de Mídias
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NEBTs	Novas Empresas de Base Tecnológica
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações não Governamentais
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PCTs	Parques Tecnológicos
PPEGC	Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento
PqT	Parque Tecnológico
PT	Parques Tecnológico
PTI	Parque Tecnológico Itaipu
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RIC	<i>Research Intensive Cluster</i>
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
s.d.	sem data
SC	Santa Catarina
SCTDE	Secretaria Estadual de C&T e Desenvolvimento Econômico
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SMDU	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPL	Sistemas Produtivos Locais
Tecnópolis	Polo Tecnológico de Florianópolis
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAC	Área de Urbanização Controlada
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UKSPA	<i>United Kingdom Science Parks Association</i>
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	26
1.2 PROBLEMA E PERGUNTA DE PESQUISA	27
1.3 OBJETIVOS.....	27
1.3.1 Objetivo geral	27
1.3.2 Objetivos específicos	28
1.4 JUSTIFICATIVA	28
2 ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO	31
3 REFERENCIAL TEÓRICO	33
3.1 PARQUES CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	33
3.2 EXPERIÊNCIAS DE PARQUES TECNOLÓGICOS INTERNACIONAIS	42
3.3 PANORAMA BRASILEIRO	43
3.4 A ORIGEM DA VOCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	55
4 SAPIENS PARQUE	57
4.1 OS EMPREENDIMENTOS DA SAPIENS PARQUE.....	59
4.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PARQUE.....	60
4.2.1 Ciência, Tecnologia e Inovação	60
4.2.2 Produtos e Serviços e Empreendimentos	64
4.2.3 Redes & Clusters	69
4.2.4 Parcerias.....	70
4.2.5 Inserção socioeconômica ambiental urbanística.....	71
4.2.6 Público-alvo	74
4.3 INFRAESTRUTURA.....	74
4.3.1 Implantação em fases	74
4.3.2 Diretrizes socioambientais e sustentáveis para edificação	78
4.4 ESTRUTURAÇÃO JURÍDICA	80
4.4.1 Natureza jurídica.....	80
4.4.2 Evolução do estudo jurídico até a escolha de SPEs	80
4.4.3 Objeto social.....	90
4.4.4 Capital social e quadro societário	90
4.4.5 Órgãos sociais	91
4.4.6 Organograma.....	92

4.4.7 Assembleia geral.....	92
4.4.8 O conselho fiscal.....	93
4.4.9 Administração	93
5 OS DESAFIOS RELATIVOS A IMPLANTAÇÃO DE PCTS, POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO, MARCO JURÍDICO DA SAPIENS E O PROCESSO DE NOVAÇÃO.....	97
6 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	109
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

A busca por soluções tecnológicas que possam trazer mais qualidade de vida para a sociedade, vem sendo expressa por desafios que têm possibilitado à humanidade alcançar ambições além da imaginação. Alguns aspectos da tecnologia são essenciais para manter o dia a dia das pessoas, tais como comunicação, moradia, água, comida e energia etc. (GIUGLIANI; SELIG; SANTOS, 2012).

Na atualidade, transporte e comunicação são representados pelos equipamentos tecnológicos como computadores, telefones celulares, TV digital, modernos aviões, imensas pontes, viadutos e túneis que atravessam rios, mares e oceanos. A grande diferença dos antigos é exatamente a tecnologia incorporada e o conhecimento científico utilizado (GIUGLIANI; SELIG; SANTOS, 2012).

Trata-se de uma nova prioridade de Estado que, não obstante a Constituição Federal, a Lei de Inovação, a Lei nº 8.666/93 que regulamenta as Licitações e Contratos, e a Lei nº 14.348, de 15 de janeiro de 2008 que dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Estado de Santa Catarina, perduram aspectos histórico-culturais impregnados nos atores públicos, ainda muito distantes dessa ambiciosa realidade que se pretende implantar.

Exemplo disso é o comportamento das entidades fiscalizadoras, a rigidez burocrática e os entraves jurídico-legais, que vem causando problemas a gestores, empreendedores e pesquisadores desses ambientes de inovação, merecendo, assim, um estudo na busca pela consonância dessas ambiguidades (SANTOS, 2001).

Os Parques Científicos e Tecnológicos, tema do presente estudo, surgem como opção de ambiente de interação e disseminação de conhecimento, como a seguir ratificado por Pradella:

Os Parques Científicos e Tecnológicos (PCTs) tornaram-se uma opção para que a Universidade, Empresas e Governo se unissem num mesmo espaço físico. A sinergia entre os atores dos PCTs estimula o desenvolvimento econômico e social das suas comunidades, a produção científica e tecnológica e a inovação (PRADELLA, 2014, p. 21).

Contemplando o acima exposto, a Sapiens Parque S/A é um exemplar de modelo inovador. O estudo do parque contribuirá para encurtar o distanciamento entre a Academia, Estado e a Iniciativa Privada, que se apresenta como um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento de Tecnologia, Pesquisa e Inovação eficaz.

Importante destacar que existem poucas informações recentes ou mesmo disponibilizadas ao público para análise de Parques Científicos e Tecnológicos (PCTs) no Brasil. Diante da dificuldade enfrentada, foi utilizado, como base deste estudo, em termos de indicadores brasileiros, o Estudo de Projetos de Alta Complexidade – Indicadores de Parques Tecnológicos, atualizado no ano de 2014, elaborado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento e Pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Foi, dessa forma estudo mais atualizado encontrado pela pesquisadora.

O próprio estudo confirma o acima informado, veja-se:

Os dados também apresentam limitações. Por exemplo, os valores de dispêndios em Ciência e Tecnologia (C&T) referem-se somente a 2011, correspondendo à informação mais atual disponível ao público para análise. [...] Apesar da defasagem de algumas informações, os dados padronizados a um mesmo período permitem uma comparação entre estados e regiões. Além disso, o confronto de indicadores pode, em conjunto com outros estudos, permitir que análises mais detalhadas sejam realizadas, implicando até mesmo a sugestão de políticas públicas (BRASIL 2013).

O interesse pelo tema, é consequência da atuação profissional da pesquisadora, que é advogada da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), empresa detentora do maior número de ações do parque, e que também assessora o empreendimento, possuindo, portanto, a vivência diária das conquistas e, sobretudo, das dificuldades enfrentadas.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar do surgimento de ajustes normativos, o Brasil ainda não possui um arcabouço legal e de modelo de gestão que direta e, especialmente, regule os parques tecnológicos, não apenas

individualmente, mas como Política de Estado, para que verdadeira e efetivamente possam agir integrados e em sintonia com as políticas, aumentando a sua capacidade de servirem como agentes de desenvolvimento regional.

O Estado conta com a UFFS, IFC, IFSC, EMBRAPA, UDESC, EPAGRI, com as instituições dos sistemas da ACADE e da FIESC, instituições de ciência e tecnologia de excelência, empresas de tecnologia, incubadoras, institutos, fundações de apoio e educacional, que de forma pioneira vêm aplicando os mais diversos modelos para viabilizar o incentivo à inovação.

A ciência, tecnologia e inovação brasileira vêm ganhando espaço entre os formuladores de políticas públicas, governo, empresários e comunidade acadêmica, graças aos resultados positivos proporcionados às economias que a aplicaram. Por outro lado, o resultado da ação política é a formação de várias espirais de inovação, a partir da parceria entre os atores do sistema (PIMENTEL, 2012).

Contudo, os empreendimentos existentes não possuem a segurança jurídica necessária, levando ao risco de responsabilizações pessoais, devido à ausência de normatização clara para o assunto, somando-se a estas dificuldades, a resistência “ao novo”, por parte dos agentes públicos.

1.2 PROBLEMA E PERGUNTA DE PESQUISA

A pesquisa buscou resposta para a seguinte pergunta de pesquisa: Como foi estruturado o marco jurídico encontrado e adotado na Sapiens Parque S/A, e se já repercute como uma possibilidade concreta a ser replicado em outros parques tecnológicos a serem implantados na busca do processo de inovação?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral da dissertação é trazer informações sobre a temática de Parques Tecnológicos como instrumento de desenvolvimento regional e nacional, o empreendimento Sapiens Parque S/A, além de apresentar o seu marco jurídico como facilitador do processo de inovação.

1.3.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos da dissertação, colher dados para atingir o objetivo geral analítico, focalizando quatro conjuntos de informações:

- a) As características e a evolução histórica dos parques tecnológicos; a experiência na implantação de parques em outros países e no Brasil; o papel do setor público e privado e das instituições de ciência e tecnologia frente aos parques tecnológicos brasileiros e sua visão estratégica;
- b) O Sapiens Parque – a construção institucional e seus marcos históricos; as atividades desenvolvidas; o seu público-alvo; a infraestrutura; as fases de implantação; as diretrizes socioambientais objetivando edificações sustentáveis;
- c) Análise da estrutura jurídica da Sapiens Parque S/A – a caracterização e a natureza jurídica; seu objeto social; o capital social e seu quadro societário; os órgãos sociais e o organograma; a assembleia geral; o conselho fiscal; a administração, a diretoria, conselho de administração, suas competências, atribuições, comitês e os conselhos consultivos; e
- d) Trazer ao estudo, os desafios para implantação de parques tecnológicos no Brasil, no que pese a escassez de políticas públicas, e a repercussão do marco legal definido para a Sapiens Parque S/A.

1.4 JUSTIFICATIVA

O estudo sobre Parques Científicos e Tecnológicos é aspecto fundamental para permitir a gestão e o desenvolvimento de um verdadeiro ambiente de inovação e conhecimento, levando-se em conta a interação composta pelo Governo, Empresas e Universidade.

Nesse sentido, Etzkowitz e Leydesdorfff (1997) apresentam esta abordagem com o nome de teoria da Hélice Tripla, dentro da qual caracteriza a inovação de maneira evolutiva, através das relações nas três esferas, o Estado, a Universidade, e a Iniciativa Privada.

Autores, como Kim e Nelson (2005, p. 9), estudiosos do desenvolvimento econômico e tecnológico de países como a Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, afirmam que “[...] o avanço

tecnológico tem sido a principal força motora dos países industrializados, o responsável por grande parte do aumento da produtividade”.

O Brasil, criou a sua regulamentação legal, especialmente composta pela Lei de Inovação nº. 10.973/04; Lei do Bem nº 11.196/05, além de outras, como a Lei de Informática (Leis nº 8.248/91, nº 10.176/01 e nº 11.077/04); e Lei nº 8.666/93.

No âmbito de Santa Catarina, onde a Sapiens esta implantada, tem-se a Lei nº 14.348, de 15 de janeiro de 2008, que dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo.

A Constituição determina a promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológica. Deixando claro que o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país (PIMENTEL, 2012).

Entretanto, ainda se encontram problemas com a aplicação de modelos de inovação. Há um grande distanciamento entre a legislação e o ambiente fático, em especial, perante os órgãos de fiscalização.

Existem estudos realizados, a exemplo da ANPROTEC que sugerem:

[...] em dez anos o Brasil contará com uma rede de PqTs responsáveis por abrigar empresas inovadoras nacionais e internacionais que se tornarão referência [...], fruto de uma interação intensa com universidades e centros de P&D. Estes PqTs serão elementos centrais da estratégia de desenvolvimento Industrial e de C&T&I do país, da estratégia de desenvolvimento regional dos Estados da Federação e da estratégia de desenvolvimento local e urbano dos municípios e regiões. [...], com o apoio do setor privado, de empresas estatais e dos principais instrumentos de fomento à C&T&I. [...] Os PqTs se consolidarão como uma das principais estratégias do país para se posicionar como uma economia competitiva, inovadora e globalizada no âmbito mundial, fruto da implantação de uma Política Pública de longo prazo relevante, corajosa e criativa (ANPROTEC, 2011a, s.p.).

As pessoas que representam instituições de direito, e o próprio Estado como um todo, por sua vez, vem reagindo de forma ortodoxa às inovações. Mantida essa cultura e somada a outras ocorrências, as iniciativas que vêm se desenvolvendo no país correm um elevado risco de sofrerem com embates jurídicos, trazendo consigo uma insegurança jurídica de alto nível aos seus gestores e empreendedores.

Assim, trata-se de elemento fundamental, um estudo aprofundado da problemática, assegurando-se, assim, um ambiente sem hostilidades a essas iniciativas, e que propicie, efetivamente, um ambiente de inovação, caminhando-se na mesma esteira do momento histórico mundial.

2 ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Nesta dissertação buscou-se apoiar o processo de compreensão do papel do conhecimento em um habitat de inovação, configurado como Parque Tecnológico. Esta temática é objeto de pesquisa e de formação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, no âmbito da área de concentração de Gestão do Conhecimento e de sua linha de pesquisa de Empreendedorismo e Inovação.

Previamente a este trabalho, registram-se outras pesquisas que têm nos parques tecnológicos seus objetos de pesquisa, conforme indicado na tabela abaixo:

Ano	Trabalho	Nível
2014	WOLF, Sérgio Machado. Influência da Competência Empreendedora dos Coordenadores nos Indicadores	Tese
2014	FIATES, José Eduardo Azevedo. Influência dos Ecosistemas de Empreendedorismo Inovador na Indústria de Venture Capital: Estratégia de Apoio	Tese
2011	GIUGLIANI, Eduardo. Modelo de Governança para	Tese
2011	DE SÁ, Mohana Faria. Avaliação de Práticas de Gestão do Conhecimento de Parques	Tese

No presente trabalho, o enfoque do estudo está na análise do marco regulatório e demais desafios a serem enfrentados pela Sapiens Parque S/A, em seu processo de evolução como parque tecnológico. A Sapiens Parque S/A., mostra-se como ferramenta de disseminação de conhecimento, desenvolvimento tecnológico, de transferência de conhecimento em um único ambiente de pesquisa e produção intensiva para obtenção de uma maior qualidade de vida para a sociedade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 PARQUES CIENTÍFICOS E TECNÓLOGICOS

A concepção de Parques Científicos e Tecnológicos (PCT) passou a existir em meados de 1930 na universidade de Stanford, Califórnia. Alguns educadores de Engenharia Elétrica procuraram viabilizar o melhor fruir de trabalhos desenvolvidos pelos educandos. Em 1953 criou-se o *Stanford Industrial Park*, que atraiu indústrias de informática e mecânica de precisão, formando, por conseguinte o “Silicon Valley”. Mais tarde surgiu o denominado “Route 128”, em Boston, formado por pesquisadores/empreendedores advindos das Universidades de Harvard e MIT (FRESTA, 2010).

Em meados da década de 1980, existia uma crise econômica mundial, e os PCTs significaram uma revitalização industrial, reestruturação econômica e avanço científico. No transcurso dos anos 80, a “Silicon Valley” e o “Route 128” apresentaram expansão e crescimento tecnológico acelerado, destacando-se a microeletrônica em fortalecer a indústria eletrônica americana. Já no decorrer da década de 90, conforme Zouain, Damião e Schirrmmeister (2008, p. 4) houve “um amplo processo de reestruturação econômica, que se manifestou através da reforma do Estado e do esforço para o desenvolvimento de novas estruturas de desenvolvimento, ancorado na inovação tecnológica”.

No tocante aos modelos internacionais de PCTs, destacam-se os modelos Californiano, Mediterrâneo, Britânico e Norte Europeu. Sobre o modelo Californiano tem-se que:

- a) são iniciativas promovidas ou muito vinculadas a Universidades, ligadas a setores tecnológicos de ponta, emergentes e de altíssimo valor agregado;
- b) utilizam a capacidade de atração da região, bem como o valor comercial das pesquisas desenvolvidas pelas Universidades, na criação de empresas;
- c) são projetos autofinanciados e autossuficientes que não apresentam intenções prévias de constituir-se em um elemento de desenvolvimento regional; e
- d) criação de novas empresas tecnológicas, por meio do “*spin-off*” de departamentos, grupos de pesquisa e laboratórios das Universidades (SERGIPE, 2011, p. 18).

No modelo Britânico, tem-se que:

- a) os parques são criados por universidades e instalados em suas áreas, sendo caracterizados por mínima presença de atividades industriais manufatureiras; e
- b) as incubadoras de empresas são consideradas elementos importantes nos Parques (SERGIPE, 2011, p. 18).

No modelo Mediterrâneo, tem-se que:

- a) os Parques, em sua grande maioria, são desenvolvidos por entidades públicas;
- b) são concebidos como instrumentos de desenvolvimento regional; e
- c) estão relacionados à ocupação de grandes áreas de extensão (SERGIPE, 2011, p. 18).

Já o modelo Norte Europeu denota maior número de casos de sucesso, agregando as melhores características dos outros modelos.

No quadro a seguir apresenta-se um comparativo destes modelos descritos:

Quadro 1 - Modelo: PCTs no mundo

	CALIFORNIANO	INGLÊS OU BRITÂNICO	ESCANDINAVO OU NORTE-EUROPEU	MEDITERRÂNEO
Governança	São iniciativas promovidas, ou muito vinculadas às Universidades	Caracterizado como “ <i>Science Park</i> ” com participação ativa das Universidades	Projetos promovidos com participação de Universidades, organizações públicas (na maioria das vezes as municipalidades) e iniciativa privada	Geralmente promovidos por entidades públicas (principalmente municipalidades, organizações governamentais regionais)

Continua...

	CALIFORNIANO	INGLÊS OU BRITÂNICO	ESCANDINAVO OU NORTE-EUROPEU	MEDITERRÂNEO
Visão	São ligadas a setores tecnológicos de ponta, emergentes e de altíssimo valor agregado	São caracterizados por mínima presença de atividades industriais manufatureiras, centrando-se em atividades de pesquisa de desenvolvimento, laboratórios de empresas, entre outras	Com equipes de gestão especializadas, muito envolvidas nos aspectos de fomento à transferência de tecnologia e à inserção comercial no mercado internacional de produtos e serviços de seus usuários.	São concebidos como instrumentos de desenvolvimento regional.
Inserção	Aproveitam, ao máximo a capacidade de atração da região, o valor comercial das pesquisas desenvolvidas pelas Universidades, na criação de empresas	Pouca inserção na economia local	O foco do projeto é o mercado externo	Forte inserção na economia local. Estão relacionados à ocupação de grandes áreas de extensão
Projeto	Fenômeno espontâneo, não há um planejamento inicial; não existem intenções prévias de constituir-se em um elemento de desenvolvimento regional.	Desenvolvimento de laboratórios e centros de P & D	Oferta reduzida de áreas, enfatizando-se o oferecimento de edifícios (para venda, aluguel ou <i>leasing</i>).	Estão relacionados à ocupação de grandes áreas de extensão

Continua...

	CALIFORNIANO	INGLÊS OU BRITÂNICO	ESCANDINAVO OU NORTE-EUROPEU	MEDITERRÂNEO
Estratégia	Criação de novas empresas (tecnológicas), por meio de “ <i>spin-off</i> ” de departamento e laboratórios das Universidades, bem como das próprias empresas instaladas no Parque	As incubadoras de empresas são consideradas elementos importantes nos Parques	Voltado para exportação	Focadas no desenvolvimento regional.

Fonte: Zouain (2003, p. 6).

Quanto à configuração e organização de PCTs, nota-se que:

- a. na Europa e na China, há uma tendência de o Estado atuar como principal agente, tornando os parques empreendimentos estatais ou mistos (entidades de direito privado, mas com participação pública); e
- b. nos Estados Unidos, esse papel tende a ser desempenhado pelas universidades, em articulação com o capital privado (SERGIPE, 2011, p. 18).

Quanto a fatores críticos comuns de sucesso em PCTs, deve haver e ensinar:

- a. o comprometimento dos governos municipal, estadual e federal, do setor empresarial, das universidades e dos institutos de pesquisa;
- b. a perspectiva de que a implantação de Parques insere-se no âmbito de programas e ações estratégicas de desenvolvimento regional e local;
- c. a necessidade de definição de segmentos tecnológicos em que os Parques podem atuar e serem competitivos (SERGIPE, 2011, p. 18).

A seguir discorrem-se algumas definições, fazendo-se esclarecimentos do que vem a ser um Parque Tecnológico.

Importante frisar, inicialmente, que existem diversas denominações, como por exemplo, polos de tecnologia, centros de alta tecnologia, centros de incubação, tecnoparques ou cidades científicas,

parques científicos e tecnológicos, ou simplesmente parques tecnológicos. Independentemente das denominações, todos buscam fomentar a transferência tecnológica e a inovação, aumentando a competitividade de empresas, regiões e até mesmo nações (HASSINK; HU, 2012).

No presente estudo, por entender-se ser uma designação mais abrangente, será adotado a denominação de Parques Científicos e Tecnológicos (PCTs), contudo outras poderão ocorrer, pois como dito, existem as mais diversas denominações.

Como já frisado, constatou-se na literatura, que Parques Científicos e Tecnológicos não suportam uma definição única, enquadram-se em várias situações e contextos, não definitiva, nem consensual ou convergente.

Para a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC, 2011a), parques científicos e tecnológicos são complexos industriais planejados de base científico-tecnológica, objetivando incrementar produção e riqueza; agregar empresas cuja produção se baseia em pesquisa tecnológica desenvolvida em centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) vinculados ao parque; e, promover cultura da inovação, da competitividade, do aumento da capacidade empresarial, fundamentado na transferência de conhecimento e tecnologia.

Segundo Zammar (2010), a missão de um parque tecnológico é promover espaço para negócios, baseado em conhecimento e abrigar centros para Pesquisa Científica; Desenvolvimento Tecnológico; Inovação e Incubação; Treinamento; Prospecção; e Infraestrutura para Feiras, Exposições e Desenvolvimento Mercadológico.

Nesse contexto, o conhecimento é significativamente primordial para o desenvolvimento das sociedades. Deve ser utilizado como fator de produção em Sistemas Produtivos Locais (SPL) e Arranjos Produtivos Locais (APL). Ambos podem ser identificados como aglomerações de organizações, agrupadas espacialmente para gerar vantagens competitivas significantes frente às organizações similares dispersas, visando potencializar a relação de atividades organizacionais com o ambiente em que se inserem, tanto para produzir quanto para distribuir (FERREIRA JR.; SANTOS, 2006).

Outra definição para Parques, largamente aceita e também reconhecida, é aquela expressa pela a *United Kingdom Science Parks Association* (UKSPA), onde:

[...] Parque Científico é uma iniciativa voltada para o apoio a empresas e transferência de tecnologia com vistas a:

Encorajar e suportar o início (spin-off) e a incubação de empresas inovadoras, de alto crescimento e baseadas em conhecimento;

Prover ambiente onde as empresas de dimensão internacional podem desenvolver cooperação com um específico centro de criação de conhecimento com vistas ao seu mútuo benefício;

Manter relação formal e operacional entre centros de criação de conhecimento, tais como universidades e institutos de pesquisa (GIUGLIANI, 2011, p. 60-61).

Existem características que diferem em alguns termos como Parques de Pesquisa, Centros de Inovação e Parques de Empresas:

Parques de Pesquisa (*Research Parks*): onde a principal atividade é o desenvolvimento de pesquisa de novos produtos e processos, não sendo seu foco a manufatura, exceto a produção de protótipos;

Centros de Inovação (*Innovation Centers*): sendo o foco a criação de condições favoráveis para a concepção, início e suporte à primeira fase de crescimento de empresas, particularmente empresas inovadoras e de base tecnológica (no Brasil são também conhecidas como Incubadoras de Empresas), não apresentam necessariamente relação com universidades;

Parques de Empresas (*Business Parks*): empreendimentos com oferta de infraestrutura de elevada qualidade para instalação e serviços complementares, como nos Centros de Inovação, não apresentam necessariamente relação com universidades (GIUGLIANI, 2011, p. 61).

Complementando-se tais definições, informa-se que existem muitas tipologias de Parques no mundo, conforme o desenvolvimento e história de cada país. Para tanto, *Sciense Park* é adotado no Reino Unido;

Technopole ou *Technopolis*, na França; *Technology Centre* ou *Technology Park*, na Alemanha; *Research Park*, nos Estados Unidos; e Parques Tecnológicos ou Parques Científicos e Tecnológicos no Brasil (VEDOVELLO; MACULAN; JUDICE, 2006).

Para a *International Association of Science Parks* (IASP), Parque Científico e Tecnológico é:

[...] uma organização gerenciada por profissionais especializados, cujo objetivo principal é o de incrementar a geração de renda e riqueza na sua comunidade a partir da promoção da cultura da inovação e da competitividade das suas empresas e instituições baseadas em conhecimento, instaladas no parque ou associadas a ele. (IASP, 2002).

No presente estudo, cujo assunto aborda-se em Parques Científicos e Tecnológicos, Inovação é citada por toda literatura, como objetivo a ser alcançado. Para tanto, é necessário trazer ao bojo do trabalho, definições do que vem a ser inovação, para melhor entendimento da temática proposta.

Seguindo a esteira do conceito adotado pela a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), inovação é:

Inovações compreendem as implantações de produtos e processos tecnologicamente novos e substanciais melhorias tecnológicas em produtos e processos. Uma inovação é considerada implantada se tiver sido introduzida no mercado (inovação de produto) ou usada no processo de produção (inovação de processo). Uma inovação envolve uma série de atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais. Uma empresa inovadora é uma empresa que tenha implantado produtos ou processos tecnologicamente novos ou com substancial melhoria tecnológica durante o período em análise. (OECD, 2014).

E, conforme Cassiolato e Szapiro (2002 *apud* GIUGLIANI; SELIG; SANTOS, 2012, p. 28), no que se alude a sistema de Inovação, a exemplo de PCT, é um conjunto de instituições distintas que, coletivamente e individualmente, contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias, constituindo o quadro de referências para a

implementação de políticas públicas, com o objetivo de influenciar o processo inovativo.

Para Bes e Kotler (2011), inovação é um processo, veja-se:

[...] atividade contínua, composta de tarefas descontínuas, isto é, processos. Os processos de inovação são elaborados para executar projetos. São tarefas específicas, que devem ser concluídas em um período específico. Um processo de inovação que continua indefinidamente só pode gerar gastos e talvez nunca se torne uma fonte de receita. Os processos de inovação devem ter um prazo final. Quando esse prazo final chegar, o processo precisa ser concluído e outros devem ser iniciados. As empresas inovadoras mantêm em andamento diversos processos de inovação simultaneamente. A empresa implementa novos processos, de maneira contínua, e conclui aqueles que satisfizeram ou não os objetivos. Da mesma forma, os processos de inovação ocorrem em todos os níveis, com os objetivos variando de adoção de aprimoramentos secundários até o lançamento de produtos ou serviços pioneiros. Esse é o sistema utilizado pela maioria das organizações – qualquer que seja sua natureza – para inovar (BES; KOTLER, 2011, p. 33).

Ainda relativamente a inovação, é pertinente ao propósito do presente estudo, trazer uma ponderação formulada na mesma obra acima citada:

Devemos nos lembrar de que as pessoas são, por natureza, adversas à mudança. Em geral, ela é vista como esforço extra e risco adicional ao próprio emprego. As pessoas que trabalham em uma organização, com capacidade suficiente para desempenhar suas obrigações diárias de maneira adequada, se perguntam: por que o esforço extra? Porque o risco adicional? Os seres humanos enxergam a mudança como algo a ser evitado, algo que não trará nada de bom, ao menos no curto prazo. Assim, nas organizações, e no mundo, de forma geral, a inércia e o desejo de manter o status

quo dificultam a inovação e o aprimoramento (BES; KOTLER, 2011, p. 31)

A citação acima referenciada, vem de encontro ao exposto na introdução desse trabalho, quando é enfatizado que os aspectos histórico-culturais impregnados nos atores públicos, estão ainda muito distantes de uma nova realidade que se pretende implantar, e relembrando amoldam-se a esse aspecto, por exemplo, as entidades fiscalizadoras, a rigidez burocrática e os entraves jurídicos-legais.

No contexto de Parques Tecnológicos, há muita referência ao termo Políticas Públicas. A seguir apresentam-se algumas definições sobre o tema.

Para Souza (2006), as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo do conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos.

Ainda no mesmo estudo, a autora afirma que:

[...] O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2006).

Complementando o entendimento da autora acima citada, políticas públicas vem a ser:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças de rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006).

Finalmente políticas públicas são:

[...] conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. (SOUZA, 2006).

A seguir, será apresentado um breve apanhado de Parques Científicos e Tecnológicos pelo mundo.

3.2 EXPERIÊNCIAS DE PARQUES TECNOLÓGICOS INTERNACIONAIS

A projeção de PCTs é desenvolvida em muitos países pelo mundo, para acrescer sistemas nacionais de inovação, no intuito de aproximar a ciência e tecnologia para com as empresas e o mercado e, concomitantemente, gerar postos de trabalho qualificado, capacitar pessoas, aumentar a renda, receitas e acelerar o desenvolvimento em nível local e regional (SERGIPE, 2011).

O processo de criação de PCTs mundial se configura por um conjunto de três “GERAÇÕES” de Parques. Conforme a Associação Nacional Promotora de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC, 2011a), os PCTs de 1ª geração foram criados de forma espontânea/natural, para promover o apoio à criação de empresas de base tecnológica e a interação com universidades fortes e dinâmicas. Já os PCTs de 2ª geração foram criados de forma planejada, estruturados para alcançarem o sucesso. A última geração de PCTs, 3ª geração, foram desenvolvidos com base nas experiências dos parques de 1ª e 2ª geração, e estão fortemente associados ao processo de desenvolvimento econômico e tecnológico de países emergentes.

Mundialmente, verifica-se que os PCTs funcionam como promotores de desenvolvimento científico e tecnológico em países desenvolvidos, e como indutores da Política Industrial e de C&T nos países emergentes. Há uma ênfase em construir marcas fortes, vencedoras

e inspiradoras para os PCTs, no intuito de contribuir para o posicionamento do próprio país como líder de um determinado setor, no contexto global da economia. “Nos países desenvolvidos, a relação “Receita anual das empresas inseridas no Parque / Investimento total na implantação do Parque” está na ordem de 3:1, enquanto que nos países emergentes está na proporção de 1,5:1” (SERGIPE, 2011, p. 17).

Ainda analisando o contexto internacional, a França empreendeu iniciativas de parques na década de 1970 (BAKOUROS; VARSAKELIS, 2002), com o projeto do Sophia Antipolis, que, de forma diferente de outros parques científicos, foi construído em uma região sem tradição em indústria e em universidades (LONGHI, 1999). Austrália e Canadá experimentaram o crescimento de parques na década de 1980 e os países da Europa continental partiram para uma adoção mais contundente do conceito desses habitats de inovação na década de 1990 (PHILLIMORE; JOSEPH, 2003).

Na Ásia, um número crescente de parques tecnológicos iniciou suas operações no Japão na segunda metade da década de 1980, sendo administrados por autoridades locais, com escopo regional e foco na inovação em pequenas empresas (FUKUGAWA, 2006). Na China, o primeiro parque científico foi inaugurado em Zhongguancun, dentro do perímetro da Zona Experimental de Beijing, em 1988, tendo como modelo o Vale do Silício (MACDONALD; DENG, 2004).

Após situar o estudo de parques científicos e tecnológicos pelo mundo, passa-se agora a exposição dos indicadores e das experiências brasileiras.

3.3 PANORAMA BRASILEIRO

No Brasil, os primeiros incentivos para fomentar o desenvolvimento de habitats de inovação, tiveram início na década de 1980, com a criação do Programa Brasileiro de Parques Tecnológicos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que visava modificar a realidade econômica do País por meio de direcionamento de recursos e esforços no aprimoramento e na geração de tecnologias (PLONSKI, 2010).

Dados os desafios impostos pela falta de uma cultura direcionada à inovação e pelo baixo número de iniciativas inovadoras no território nacional, os projetos de parques tecnológicos da época não tiveram o impacto dos grandes centros mundiais de inovação, implicando resultados modestos, embora de relevância estratégica, ao originar as primeiras incubadoras de empresas brasileiras, a saber, em São Carlos/SP,

Florianópolis/SC, Curitiba/PR, Campina Grande/PB e Distrito Federal (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI; ANPROTEC, 2008).

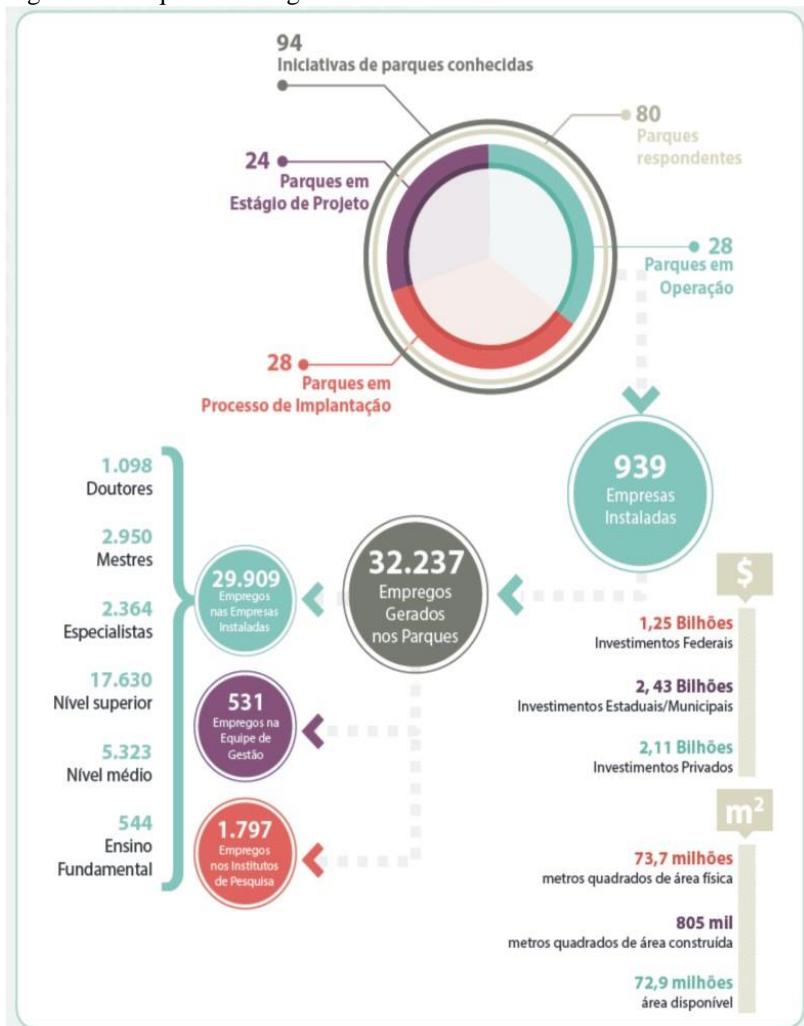
Segundo a pesquisa realizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2014), notou-se um dado relevante no que se refere ao pequeno aumento do número de parques em operação. Entre 2008 e 2013, houve um acréscimo de apenas 3 (três) parques em operação (de 25 a 28), revelando as dificuldades na transição dos estágios de projeto e implantação para fase operacional.

Os PCTs brasileiros são recentes, dos 74 parques registrados em 2008, 49 surgiram depois de 2005, 15 foram criados entre 2000 e 2005 e apenas 10 surgiram antes de 2000, ou seja, 86,5% dos parques brasileiros têm menos de 10 anos de experiência. Com base no estudo da ANPROTEC (2012), dentre os PqTs pesquisados (55 Parques) mais de 70% estabeleceram como principais propósitos:

- a. atrair empresas e investimentos;
- b. apoiar o desenvolvimento de áreas tecnológicas;
- c. aumentar a parceria entre empresas e outras instituições;
- d. favorecer a criação e consolidação de micro e pequenas empresas; e
- e. facilitar a transferência de tecnologia e fortalecer o espírito empreendedor (SERGIPE, 2011, p. 22).

Na continuidade da análise da pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2014), cujos indicadores, repete-se, são os mais recentes e adotados no presente estudo, com relação ao questionário, cujas perguntas não foram disponibilizadas, foi encaminhado aos gestores de cerca de centenas de iniciativas de PCTs conhecidas, 80 destes responderam à pesquisa, 28 (vinte e oito) desses parques estão em operação, 28 (vinte e oito) em processo de implantação e 24 em estágio de projeto. Havia 939 empresas instaladas nos parques que geram 29.909 empregos e absorvem mão de obra altamente qualificada, incluindo 2.364 especialistas, 2.950 mestres e 1.098 doutores. Investimento federal na ordem de 1,25 bilhões; estadual/municipal na ordem de 2,43 bilhões; e investimento privado na ordem de 2,11 bilhões. Os PCTs apresentam 73,7 milhões de metros quadrados de área física; 805 mil metros quadrados de área construída e 72,9 milhões de área disponível, conforme figura a seguir:

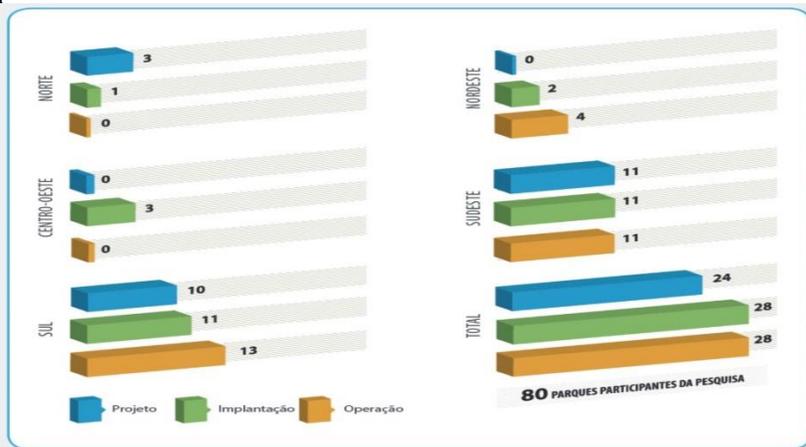
Figura 1 - Parques tecnológicos em números



Fonte: Brasil (2014).

A Figura 1 denota a fase de projeto, implantação ou em operação.

Figura 2 - Distribuição de parques em fases de desenvolvimento por região do país



Fonte: Brasil (2014).

A Figura 2 mostra que todos os Estados das regiões sudeste e sul contam com parques em alguma fase de desenvolvimento. No entanto, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, pode-se observar que existem Estados sem qualquer iniciativa de implantação de parques.

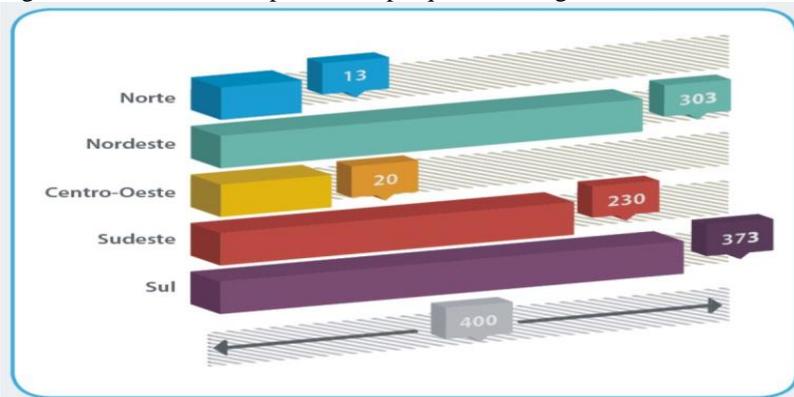
Figura 3 - Distribuição de parques em fases de desenvolvimento por Estado do país



Fonte: Brasil (2014).

A pesquisa evidencia a significativa importância estratégica de iniciativas que promovam o surgimento de *habitats* de inovação em regiões e Estados que possam nuclear áreas ainda pouco desenvolvidas do país. Indica, como já referenciado, a presença de 939 empresas nos parques científicos e tecnológicos do país, com uma concentração na região sul (40%), nordeste (32%) e sudeste (25%). As regiões centro-oeste e norte congregam somente 3% das empresas (Figura 3).

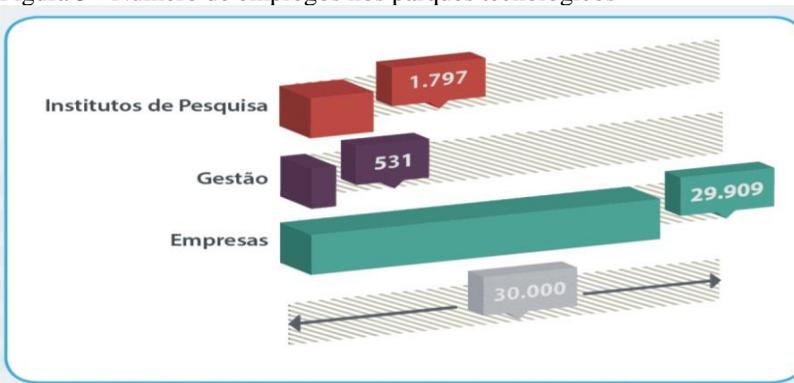
Figura 4 - Número de empresas nos parques tecnológicos



Fonte: Brasil (2014).

Sob a perspectiva socioeconômica, o número de empregos nesses *habitats* de inovação totaliza 32.237, sendo distribuídos entre institutos de pesquisas (1.797), gestão dos parques (531) e empresas instaladas nos parques (29.909), conforme ilustra a Figura 4.

Figura 5 - Número de empregos nos parques tecnológicos

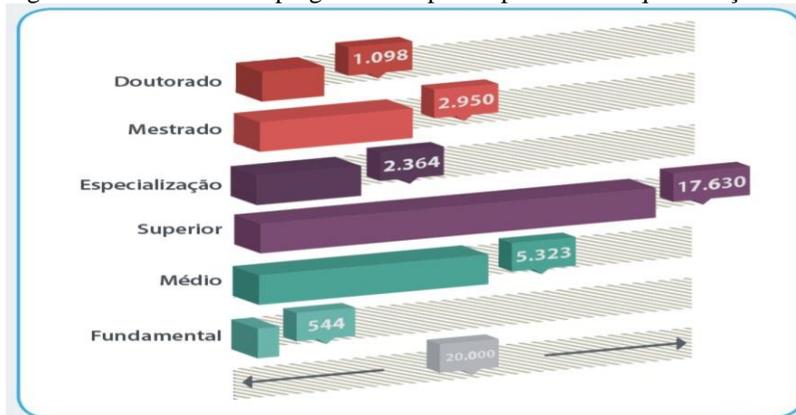


Fonte: Brasil (2014).

A pesquisa ainda evidencia que os parques geram empregos qualificados, contando com profissionais de elevada formação. Conforme a Figura 5, dos 29.909 empregos gerados pelas empresas instaladas nos parques, 1.098 são ocupados por profissionais que possuem o título de doutor, 2.950 com titulação de mestre, 2.364 por diplomados em cursos de especialização, 17.630 diplomados em nível superior, 5.323 com

ensino médio e 544 no ensino básico, evidenciando um caráter inclusivo dos ambientes de inovação.

Figura 6 - Número de empregos nas empresas por nível de qualificação

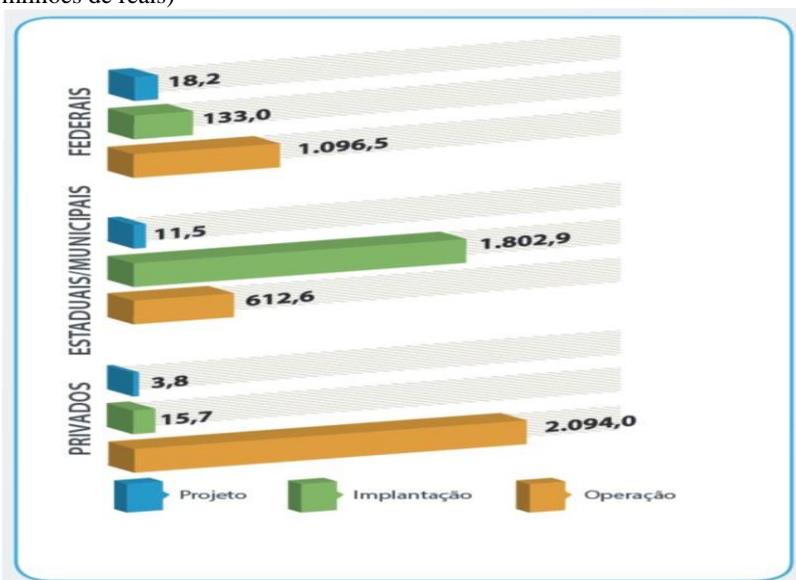


Fonte: Brasil (2014).

Os parques em projeto recebem menos recursos de todas as fontes de financiamento. No entanto, o governo federal possui a maior parcela de investimento (R\$ 18,2 milhões) em parques no estágio de projeto, superando os governos estaduais e municipais (R\$ 11,5 milhões) e a iniciativa privada (R\$ 3,8 milhões). Parques em implantação obtêm um volume maior de recursos dos governos estaduais e municipais (R\$ 1,8 bilhões), seguida por investimentos federais (R\$ 133,0 milhões) e por investimentos privados (R\$ 15,7 milhões). Já, quando os parques entram em operação, há mais recursos, advindos da iniciativa privada (cerca R\$ 2,1 bilhões). Os recursos do governo federal (R\$ 1,1 bilhões) e dos governos estaduais e municipais (R\$ 612,6 milhões) (Figura 7).

A iniciativa privada passa a ter grande participação no desenvolvimento dos mesmos. Os investimentos privados concentram-se em parques de maior escala, mais consolidados e com poder de atração de empresas multinacionais.

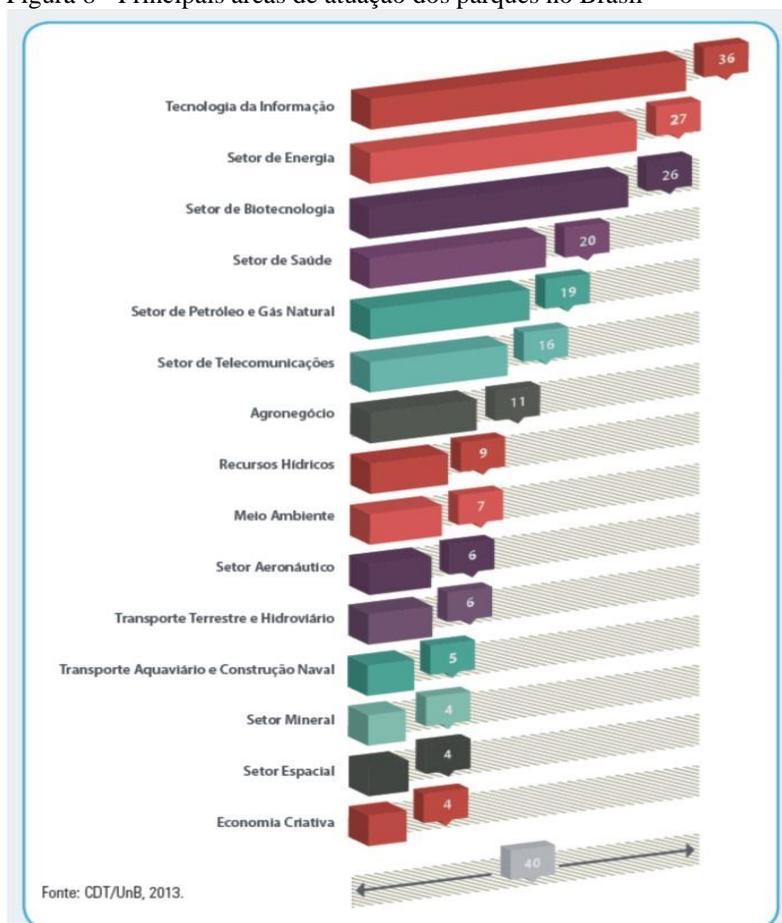
Figura 7 - Fontes de financiamento por fase de desenvolvimento do parque (em milhões de reais)



Fonte: Brasil (2014).

Quanto às áreas de atuação dos PCTs em implantação e operação, (dos 44 respondentes desse item do questionário), tem-se a Tecnologia de Informação (36), o Setor de Energia (27) e o Setor de Biotecnologia (26). Os setores de Saúde (20), Petróleo e Gás Natural (19) e de Telecomunicações (16) também representam importantes áreas de atuação dos parques. Setores como Mineral, Espacial, Aeronáutico, Agronegócio, Meio Ambiente são também citados por diversos parques conforme Figura 8.

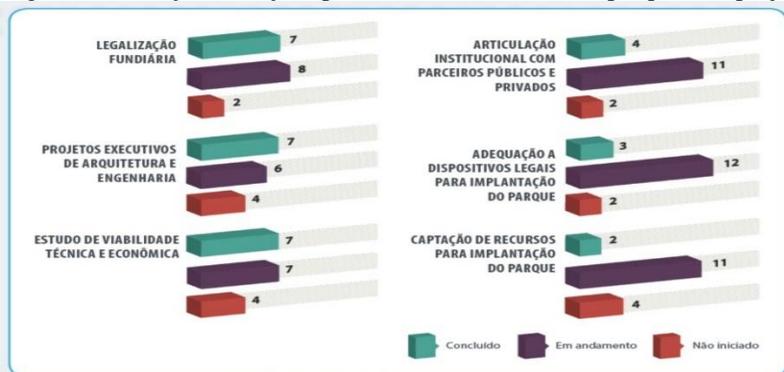
Figura 8 - Principais áreas de atuação dos parques no Brasil



Fonte: Brasil (2014).

Como principal desafio de um PCT, encontra-se a dificuldade obter recursos para sua viabilização. A pesquisa identificou as fases de diversas ações necessárias para a operacionalização de um parque científico e tecnológico. Os resultados são apresentados na Figura 9, observando-se que os totais correspondem ao número de respondentes de cada item.

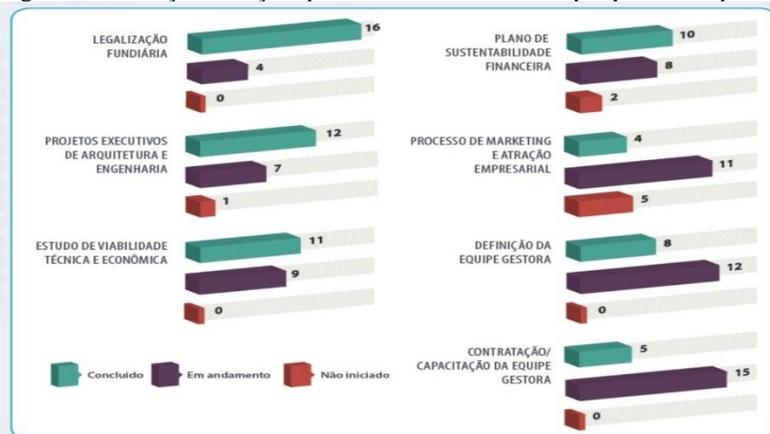
Figura 9 - Situação das ações para desenvolvimento dos parques em projeto



Fonte: Brasil (2014).

Dos parques em projeto, 80% das iniciativas em implantação possui a etapa de legalização fundiária concluída. Os projetos executivos, a viabilidade técnica e econômica e o plano de sustentabilidade financeira estão concluídos pela maioria. Ações de definição, contratação e capacitação da equipe gestora ainda estão em andamento em grande parte, indicando a necessidade de maiores esforços (Figura 10).

Figura 10 - Situação das ações para desenvolvimento dos parques em implantação

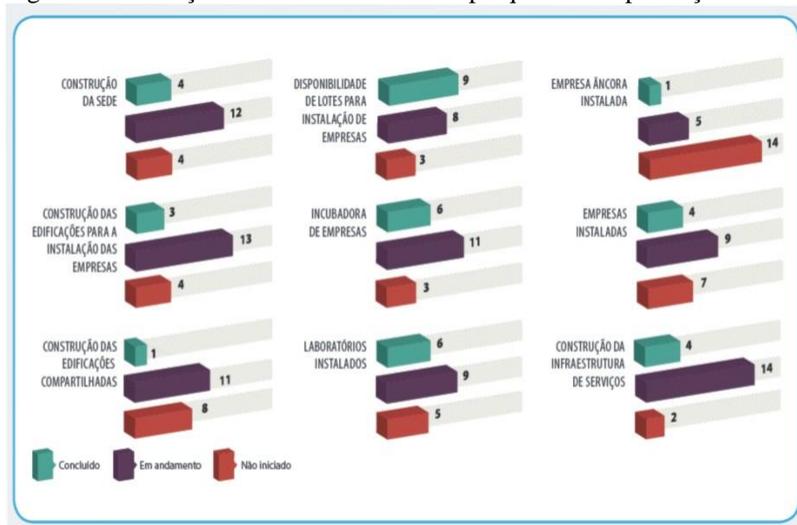


Fonte: Brasil (2014).

Quanto à infraestrutura física, a construção da sede, das edificações para instalação de empresas, laboratórios, restaurante, biblioteca, rede

elétrica, rede lógica, água, gás etc., estão em andamento em vários parques, mas poucos concluíram essa etapa (Figura 11).

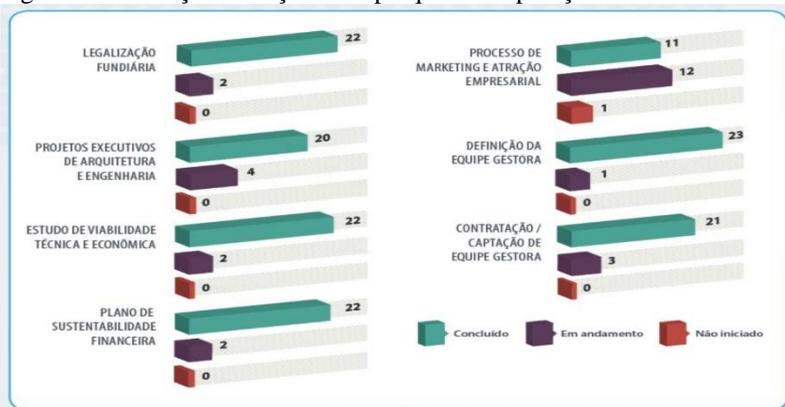
Figura 11 - Situação da estrutura física dos parques em implantação



Fonte: Brasil (2014).

A situação dos parques em operação, de modo geral, é satisfatória. A maioria deles está com a situação fundiária resolvida, possui o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) concluído, equipe gestora definida e planos de sustentabilidade financeira e de atração de empresas resolvidos conforme identificados na Figura 12.

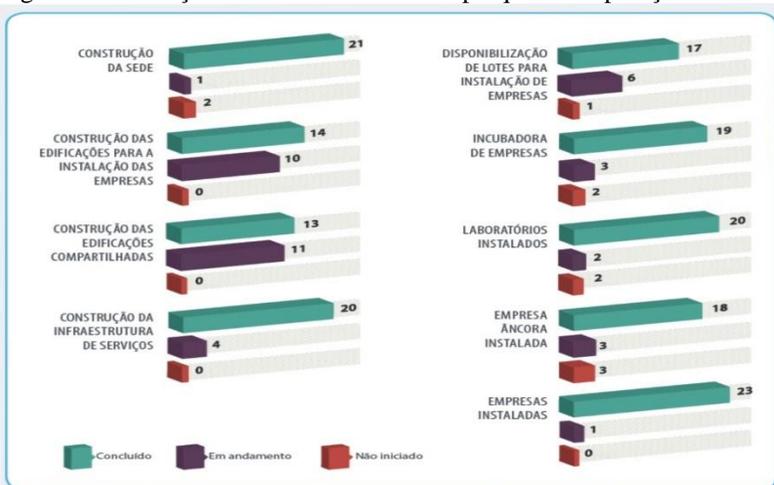
Figura 12 - Situação das ações dos parques em operação



Fonte: Brasil (2014).

Os parques em operação possuem, além da estrutura física adequada para a instalação de empresas em seu ambiente, estreita articulação com universidades e centros de pesquisas, que facilita a geração e a transferência de tecnologia para o setor privado (Figura 13).

Figura 13 - Situação da estrutura física dos parques em operação



Fonte: Brasil (2014)

Ultrapassada a parte conceitual, a posição de PCTs no Brasil e no mundo, adentra-se na sequência, em um breve histórico da vocação tecnológica do Estado de Santa Catarina.

3.4 A ORIGEM DA VOCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Em Florianópolis, de acordo com Xavier (2010), a capital do Estado de Santa Catarina, em um breve relato de sua linha cronológica do conhecimento e tecnologia, passa pela fundação, em 1906, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pelo então presidente Juscelino Kubitschek; pela criação da Escola de Aprendizes Artífices, pelo governo federal em 1909, por parte do presidente Nilo Procópio Peçanha, posteriormente conhecida como Escola Técnica Federal de Santa Catarina e atualmente denomina-se Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), dentre outras instituições.

Em 1966, a empresa estatal Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), companhia responsável pelo abastecimento e manutenção do sistema de energia elétrica para o Estado de Santa Catarina, no intuito de formar engenheiros para atender as suas necessidades, ofereceu aporte de recursos junto à UFSC, donde surgiu a Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina (FEESC), que juntamente com a Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária (FAPEU – criada em 1977), entre outros, tornaram-se elemento integrador entre a universidade, a comunidade, o governo e o setor industrial (XAVIER, 2010).

Em 1984 foi criado o Centro Regional de Tecnologia em Informática (CERTI), fundação privada, sem fins lucrativos que, em 1994, mudou seu nome para Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras. Em 1996, criou-se uma das primeiras incubadoras empresariais tecnológicas do Brasil, a Incubadora Tecnológica Empresarial (IET). Surgiu dentro do Complexo Industrial de Informática, administrado pela Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE), formando o conceito do Polo Tecnológico de Florianópolis (TECNÓPOLIS), objetivando desenvolver empreendimentos na área tecnológica (SILVEIRA, 2010).

Em 1995, a IET é transferida para o Parque Tecnológico Alfa e passa a ser o Centro de Laboração de Tecnologias Avançadas (CELTA) e, em 1997, recebe o prêmio de incubadora do ano pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC).

O papel do setor público no contexto da hélice tripla no Estado de Santa Catarina, passa por entidades financiadoras que, em diversos governos, receberam formas estruturais e políticas e nomenclaturas distintas, para apoiar a pesquisa científica e ao empreendedorismo tecnológico em diferentes entidades estatais. Foram sendo criadas: em 1975, a Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente e a Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA); em 1987, a Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia; em 1995, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico; em 1997, a Fundação de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC), que em 2005 transformou-se em Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica (FAPESC), primordial para o desenvolvimento dos sistemas de inovação, auxiliando na criação de políticas públicas (SILVEIRA, 2010).

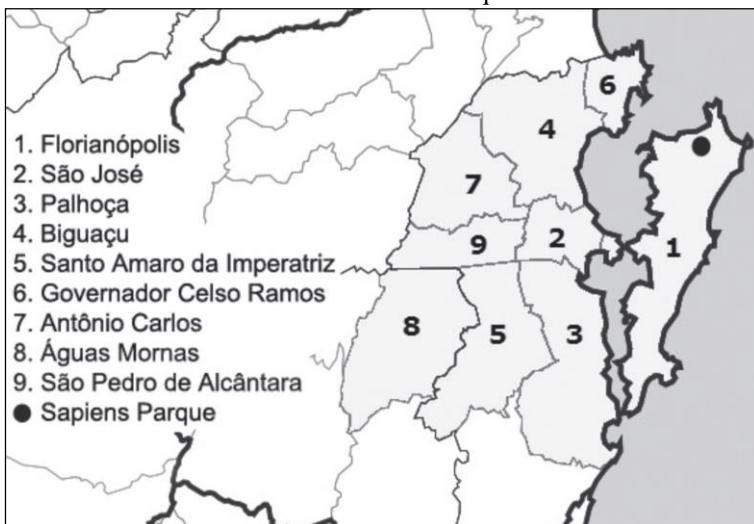
A seguir será descrito o empreendimento Sapiens Parque S/A.

4 SAPIENS PARQUE

A Sapiens Parque conceituada de parque de inovação possui infraestrutura e espaço para abrigar empreendimentos, projetos e outras iniciativas para desenvolver a região. Surgiu a partir da parceria do poder público e da iniciativa privada, através da integração entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI). Escolheu-se a cidade de Florianópolis devido sua localização geográfica estratégica em relação aos países comprometidos com o Mercosul e por ser equidistante das principais metrópoles e dos grandes centros de negócios da região. Possui belezas naturais, bons índices de qualidade de vida e constitui um dos maiores polos de tecnologia do país. Também considerada um mercado consolidado para o desenvolvimento de empresas de base tecnológica (SILVA, 2011).

A Figura 14 mostra a localização do Sapiens Parque no contexto urbano de Florianópolis.

Figura 14 - Região Metropolitana de Florianópolis e localização do Sapiens Parque



Fonte: Silva (2011, p. 167).

A Sapiens Parque é um Parque de Inovação idealizado para promover e fortalecer setores econômicos como o turístico, de serviços e tecnologia, sem deixar de lado as questões prioritárias como o meio

ambiente e o bem-estar da sociedade. Busca consolidar Florianópolis como a Capital Brasileira do Conhecimento e da Qualidade de Vida, construindo um ambiente com altíssima qualidade, em que a criação de novos conhecimentos deve ser utilizada como o principal fator de competitividade das empresas ali instaladas e, conseqüentemente, de toda a região do entorno. Possui um modelo inovador para atrair, desenvolver, implementar e integrar iniciativas, visando estabelecer um posicionamento diferenciado, sustentável e competitivo. Está sendo desenvolvido no norte da ilha de Santa Catarina, próximo a Canasvieiras e Cachoeira do Bom Jesus, em uma área de 4,3 milhões m², onde serão edificadas cerca de 1,3 milhões de m² em cinco fases de implantação. No total, a Sapiens terá 257 unidades privativas, divididas entre diferentes áreas e módulos que irão abrigar diversos empreendimentos (SAPIENS PARQUE, 2014).

A Figura 15 ilustra o Sapiens Parque no final de sua implantação.

Figura 15 - Perspectiva do Master Plan do Sapiens Parque



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 5).

4.1 OS EMPREENDIMENTOS DA SAPIENS PARQUE

Para a Sapiens Parque estão planejados uma série de empreendimentos públicos e privados, como centro de congressos e convenções, arena multiuso, parque natural, jardim botânico, centro de serviços para a comunidade, centro de eventos e de convivência, hotéis, museus, centros gastronômicos e de compras, centros de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

A Sapiens Parque já conta com parcerias com as empresas Reason, Neoway e Sustentar Engenharia, com empreendimentos em fase de desenvolvimento de projetos ou início da construção. Os empreendimentos juntos compreendem cerca de 20 mil m² de potencial construtivo útil, a serem edificados nos dois próximos anos. No âmbito da parceria com a UFSC, está em construção o Laboratório de Energia Solar, assim como outros institutos focados nas áreas de economia criativa, transportes e logística, TIC, bioengenharia, prevenção contra desastres e energias renováveis (SAPIENS PARQUE, 2014).

A Figura 16 ilustra os principais empreendimentos em implantação.

Figura 16 - Master Plan – Principais Empreendimentos



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

4.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PARQUE

Um dos objetivos da Sapiens Parque é desenvolvê-lo com características comerciais, com alta atratividade para implantação de projetos privados, orientado e direcionado com Foco no Ser Humano e no Conhecimento e Sabedoria. Desenvolve-se prioritariamente as seguintes áreas:

- a) **Tecnológica** – através da implantação de empresas de Base Tecnológica, trabalhando no desenvolvimento dos *clusters* de tecnologia da informação e comunicação, economia criativa, energia e *clean tech* e ciências da vida e biotecnologia;
- b) **Serviços** – com a implantação de centros de serviços em geral, além da instalação de centros de serviços especializados na área médica, odontológica, contábil, empresarial, entre outras;
- c) **Turístico** – através da implantação do Espaço de Cultura, Lazer e Esportes composto por Centros de Eventos, Congressos e Convenções, arena multiuso, teatros, praças temáticas etc.; e
- d) **Socioambientais** – com a implantação de centros voltados ao desenvolvimento de projetos socioambientais, Parque Natural e Jardim Botânico de Florianópolis – Unidade Restinga (SAPIENS PARQUE, 2014).

As informações a seguir apresentadas foram extraídas do relatório do ano de 2013 da Sapiens, publicado em 2014. São consideradas, portanto, as mais atualizadas, tendo em vista que o relatório do exercício de 2014, no momento do término desse estudo ainda não se encontrava pronto e disponível.

4.2.1 Ciência, Tecnologia e Inovação

Na área de ciência, tecnologia e inovação estabeleceu-se uma agenda para fortalecer a relação entre a Sapiens Parque as universidades e institutos de P&D.

SENAI/SC – Em 2012, o Conselho de Administração autorizou a cessão de uso de uma área com 5.250 m² de potencial construtivo para abrigar o SENAI. Em 2013, o SENAI solicitou a expansão da área para abrigar o projeto da Escola Profissional do Futuro. Com este novo projeto, o SENAI passou a ocupar uma de 9.970 m². Também em 2013, a equipe técnica do parque atuou na análise do projeto arquitetônico do

empreendimento e está atuando na liberação da licença para o início da implantação (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 17 - SENAI/SC



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

NOVAS PARCERIAS - Em 2013, a Sapiens Parque S/A iniciou uma parceria com o Instituto Federal de Educação (IFSC) para desenvolver projetos visando atrair Centros de Pesquisa & Desenvolvimento desta unidade na Sapiens Parque. Realizou-se interações junto a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) visando a integração desta universidade no parque. Com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) manteve-se as interações através do Laboratório Integrado de Mídias (LIM), que ocupa uma área de 50 m² no Casarão para formar, capacitar, pesquisar e desenvolver novas mídias. Com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), visando sua participação em projetos âncora de C&T&I de curto/médio prazo e as ações cooperativas imediatas (SAPIENS PARQUE, 2014).

INPETRO – Instituto de Energia, Petróleo e Gás - Como destaque em 2013, o Instituto de Energia, Petróleo e Gás construiu um veleiro totalmente em alumínio, utilizando uma nova tecnologia de soldagem para este tipo de material, utilizando o laboratório de estruturas pesadas (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 18 - INPETRO – Instituto de Energia, Petróleo e Gás



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

CENTRO DE FARMACOLOGIA PRÉ-CLÍNICA – CRF -

Esse Centro avançou frente a conclusão do Biotério para Ensaio Pré-clínicos, Laboratórios de Pesquisa Farmacológica e Incubadora de *Life Sciences*, numa área total de 5.300 m². Também em 2013, iniciou-se a atração de empresas como a Neoprospecta, que atua na área de bioprospecção, bioinformática e pesquisa com uso de tecnologia de sequenciamento de DNA para o ambiente. Até que as obras da edificação estejam concluídas, esta empresa está ocupando um espaço no InovaLab (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 19 - CENTRO DE FARMACOLOGIA PRÉ-CLÍNICA - CRF



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

Centro Integrado Multiusuário na área de energia solar – CIM SOLAR - O Centro Integrado Multiusuário na área de energia solar atuará na capacitação de recursos humanos e Pesquisa & Desenvolvimento de Energia Solar Fotovoltaica. Sua obra teve início em 2013 e a edificação está em estágio avançado de construção e terá uma área total construída com 800 m² (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 20 - Centro Integrado Multiusuário na área de energia solar – CIM SOLAR



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

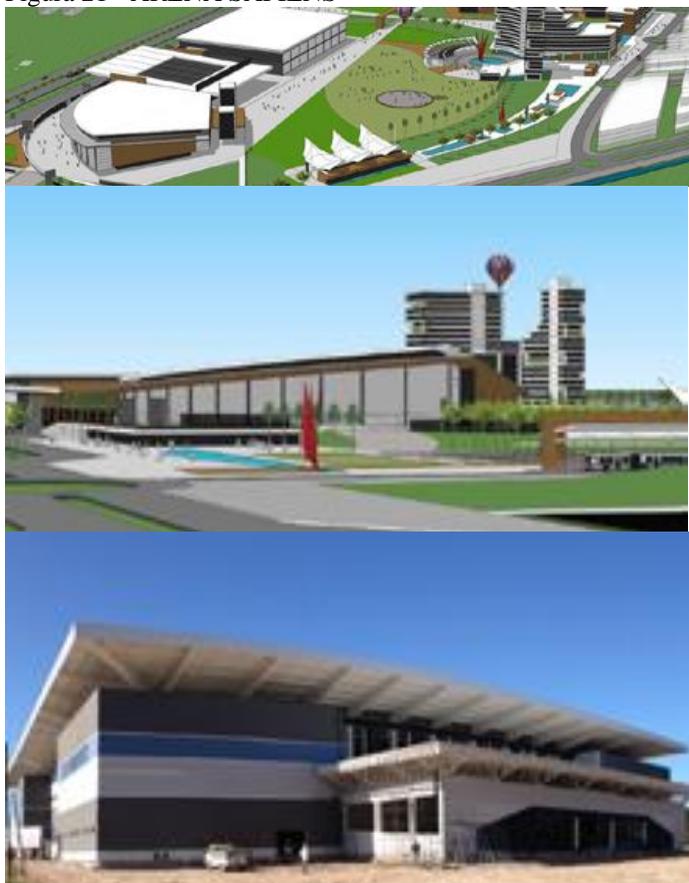
4.2.2 Produtos e Serviços e Empreendimentos

Os produtos e serviços e empreendimentos da Sapiens Parque propõe soluções para dinamização e crescimento do parque. Os serviços prestados atualmente consistem: Operacional – segurança, limpeza, jardinagem, manutenção etc.; Implantação – acompanhar junto a órgãos de licenciamento de todas as fases de implantação das empresas no parque; Articulação institucional e parcerias – construir alianças e mecanismos de alavancagem de recursos e investimentos (SAPIENS PARQUE, 2014).

Com a entrada de novas empresas e o fortalecimento de novas parcerias, a Sapiens Parque está atuando no desenvolvimento de um portfólio de serviços mais amplo, para maximizar o potencial das empresas e instituições que estão implantadas no parque que atuará na interface com Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs), com a capacitação e estímulo à internacionalização de empresas e *softlanding* através da parceria com o GOL, entre outros serviços que estão em desenvolvimento e o projeto piloto será aplicado com as empresas que estão no Centro de Inovação InovaLab (SAPIENS PARQUE, 2014).

ARENA SAPIENS – Teve como parceiro o Instituto Silva Paes (ISP), que atuou na revisão arquitetônica e urbanística do Complexo de Turismo, Cultura e Lazer do Parque. O modelo proposto está sendo validado com diversos parceiros do setor privado e do Governo do Estado de Santa Catarina para que se possa estruturar a concessão para a implantação e gestão do equipamento tornando-se um ambiente referência no Brasil e no mundo (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 21 - ARENA SAPIENS



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

INOVALAB – CENTRO DE INOVAÇÃO – Incubação dos *clusters* de inovação da Sapiens que tem como missão abrigar e articular institutos, empresas nascentes, empresas consolidadas e outras iniciativas que sejam consideradas estratégicas para a estruturação e desenvolvimento dos *clusters* planejados na Sapiens. A área conta com mais de 10 empresas que atuam nos segmentos de inovação do parque, com destaque para empresa farmacêutica francesa IPSEN, laboratório do projeto PHILIPS-OLED em parceria com a Fundação CERTI, empresa Wirsol no Brasil, que tem sede na Alemanha e atua no segmento de energias renováveis, Neopropecta e ÁgoraLab (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 22 - INOVALAB – CENTRO DE INOVAÇÃO



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

FLORIPA INTERATIVA – PROJETANDO O FUTURO – É um programa da Prefeitura de Florianópolis que permite ao cidadão conhecer e debater sobre o planejamento e o futuro da cidade, por meio da tecnologia digital e ferramentas interativas (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 23 – FLORIPA INTERATIVA – PROJETANDO O FUTURO



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

MARCO ZERO – Primeira área em operação do parque, composta pelo Casarão, Escolinha, Estúdio de Cinema de Animação e Biblioteca. No Casarão está situada a sede da Sapiens Parque S/A, e abriga dois Centros de Referência da Fundação CERTI – na área de Economia Verde e Energia Sustentável. Nesta edificação também está o Laboratório da UDESC, na área de Economia Criativa. Compõe também o Sesi que oferece cursos, com amplo acervo de livros, títulos em DVD e CD, gibis, revistas e jornais periódicos e com a edificação denominada escolinha que abriga as empresas AnimaKing e Efestus (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 24 - Área do Marco Zero - Casarão



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

NOVA MARCA DO SAPIENS – A nova marca do Sapiens, desenvolvida pelo Laboratório de Orientação da Típico Organizacional, laboratório da UFSC que utiliza a metodologia chamada de Brand DNA. A nova marca comunica um conceito moderno do parque e reflete o novo momento de implantação e crescimento (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 25 - Nova Marca do Sapiens



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

VISITAS, PARCEIROS E INVESTIDORES – Ao longo de 2013, a Sapiens Parque recebeu diversos grupos da academia, sociedade e governo, com mais de 780 visitantes de diferentes países e regiões de Santa Catarina e Brasil. No setor empresarial, mais de 85 empresários e investidores. Lançamento em janeiro 2013 da Pedra Fundamental da Softplan/Poligraph, teve início dos investimentos do setor privado no parque, os avanços na operação do INPetro, com a construção de um veleiro com solda de alumínio e a conclusão das obras do FÁrmacos. Participação no 12º Fórum de Comandatuba demonstrando as principais oportunidades de negócio do parque. Realizaram-se interações com empresas da área de negócios imobiliários, fundos imobiliários, setor farmacêutico, telefonia, educação, segurança e turismo. Também apoiou a pré-estreia do Filme Minhocas realizada no dia 14 de dezembro, que demonstrou o papel do Sapiens como promotor do desenvolvimento do *Cluster* de Economia Criativa (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 26 - Participação no 12º Fórum de Comandatuba e Pré-Estrela do Filme Minhocas



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

4.2.3 Redes & Clusters

Principais atividades de fomento de Redes & Clusters desenvolvidas ao longo de 2013:

- estruturação do Modelo de Governança dos *Clusters* de Inovação do Parque, definindo suas principais diretrizes, o modelo de gestão e mapeamento de projetos mobilizadores. Atualmente, o parque atua no desenvolvimento dos *clusters* de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) & Mecatrônica, *Life Sciences & Biotech*, Economia Criativa, Energia & Clean Tech e Turismo;
- apoio e suporte em parceria com a Fundação CERTI para a realização de projeto piloto para a aplicação e desenvolvimento do modelo no *Cluster* de Nanotecnologia, denominado API – Arranjo Produtivo de Inovação de Nanotecnologia (API Nano) atualmente em operação;
- apoio e suporte na estruturação do Programa Catarina Criativa, voltado para fomentar a criação de novas empresas e produtos

- criativos catarinenses, com recursos aportados pela Secretaria de Cultura do Estado de Santa Catarina;
- suporte no desenvolvimento do Projeto da Incubadora de Economia Criativa que participou e foi selecionada no Edital de apoio financeiro promovido pelo Ministério da Cultura em 2013, que será implantado em ambiente do InovaLab; e
 - estruturação do espaço de *co-working* para implantação da aceleradora dos *Clusters* de Inovação a ser implantada no InovaLab, visando atrair novos empreendimentos e empresas de base tecnológica nascentes (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 27 - Clusters de Inovação



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

4.2.4 Parcerias

Atualmente a Sapiens Parque é associada a rede internacional de parques a *International Association of Science Parks and Areas of Innovation* (IASP) e a rede nacional Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), principais atores focados no desenvolvimento de parques científicos, tecnológicos e de inovação no Brasil e no mundo. Parceria com o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) em conjunto com a Fundação CERTI, através do *Industrial Liason Program* (ILP) para aproximar e integrar empresas e institutos do Sapiens com instituições de ciência e tecnologia, universidades e grupos de pesquisa com o objetivo de gerar novos conhecimentos, tecnologias e soluções para grandes desafios globais.

Parceria com a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE), para fortalecer os serviços oferecidos para empresas de base tecnológica por entidades no parque. Também parceria com a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), e é um dos agentes do Programa Rota da Inovação de Florianópolis (SAPIENS PARQUE, 2014).

4.2.5 Inserção socioeconômica ambiental urbanística

O desenvolvimento socioeconômico, ambiental e urbanístico é um dos principais eixos que conduzem o desenvolvimento do Sapiens Parque.

Licenciamento do empreendimento e edificações – São ações contínuas realizadas pela equipe técnica do parque. O acompanhamento do licenciamento é sistêmico atuando diretamente com os órgãos de controle como: FATMA, ICMBIO, CASAN, CELESC, PMF – SMDU, FLORAM e Vigilância Sanitária (SAPIENS PARQUE, 2014).

Comunidade Sapiens – São as ações realizadas pelo parque que visam o desenvolvimento social, econômico, ambiental e urbano da região. Destaca-se:

- Biblioteca do Sesi – disponível para a comunidade com espaço qualificado para a realização de estudos e pesquisa e acesso gratuito à internet para todos os usuários;
- parceria com Aloha – apoio a crianças de escolas públicas do Norte da Ilha que através da metodologia de Mental Arithmetic apoia as crianças a aprenderem a resolver problemas e achar soluções de uma maneira eficiente;
- trilha – disponibilização de trilha para a educação ambiental;
- parceria com o Grêmio da Cachoeira na cessão do uso para a realização das atividades de futebol amador e escolinha de futebol; e
- parceria com a Quinta das Artes – no apoio e suporte ao desenvolvimento e qualificação de artesões do Norte da Ilha (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 28 - Biblioteca do Sesi e Espaço Quinta das Artes



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

Plano ambiental da fase 01 – obtenção da Licença Ambiental de Instalação da Fase 01 do empreendimento. Uma extensão de 0,5 km e área de intervenção de 40 mil m² e, na segunda etapa, habilitar mais 120 mil m² de potencial construtivo do empreendimento (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 29 - Fase 01 Parcial



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

Planejamento territorial integrado – Smart Region – Durante o ano de 2013, a equipe técnica da Sapiens Parque S/A atuou no

desenvolvimento do projeto de Gestão Territorial Integrada – *Smart Region*. Mapeou-se as principais demandas junto aos atores locais para o desenvolvimento macro conceitual e sistêmico, propondo projetos mobilizadores para o desenvolvimento estruturado da região, soluções para os principais gargalos de infraestrutura. Como encaminhamento, o Governo do Estado e a Prefeitura se comprometeram em viabilizar os principais projetos mobilizadores na área de mobilidade urbana, saneamento e drenagem, plano diretor e apoiar no desenvolvimento dos projetos executivos e, posteriormente, apoiar na captação de recursos para a sua viabilização (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 30 - Área de Intervenção do Projeto de Gestão Territorial Integrada.



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

4.2.6 Público-alvo

Para o desenvolvimento das principais vertentes do projeto, estarão atuando no desenvolvimento da Sapiens Parque os seguintes atores:

- **Empresas** de pequeno, médio e grande porte através da instalação de suas bases;
- **Investidores** interessados na aplicação do seu capital para alavancar e promover o desenvolvimento do parque;
- **Entidades** como universidades, ONGs e outras entidades interessadas na implantação de unidades de P&D no empreendimento;
- **Comunidade** através do desenvolvimento de projetos cooperados visando o desenvolvimento econômico-social-tecnológico-ambiental desta região (SAPIENS PARQUE, 2014).

4.3 INFRAESTRUTURA

4.3.1 Implantação em fases

Obras de infraestrutura da Fase Zero – Durante o ano de 2013, as obras de infraestrutura da Fase Zero avançaram, sendo implantados os seguintes sistemas:

- sistema viário com 600 metros de extensão contemplando as obras de terraplanagem, drenagem, obras de arte correntes, pavimentação e obras complementares;
- sistema subterrâneo para fornecimento de energia elétrica em média tensão 13,8KV, iluminação pública, dados e telecomunicações;
- sistema de abastecimento de água potável segundo os padrões da CASAN;
- sistema de esgoto sanitário contemplando rede de captação de esgoto, Estação de Tratamento de Efluentes – ETE e sistema de reuso para o efluente tratado para retorno as edificações (SAPIENS PARQUE, 2014).

Figura 31 - Obras de infraestrutura da Fase Zero – Antes



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

Figura 32 - Obras de infraestrutura da Fase Zero – Depois



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

Figura 33 - Instalações elétricas e iluminação pública



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

Figura 34 - Estação de Tratamento Fase Zero



Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 8).

Projetos Executivos de Engenharia da Fase 01 - Em agosto de 2013, iniciou-se a Fase 01 do empreendimento Sapiens Parque, dividindo o licenciamento em duas etapas: a Fase 01 Parcial, que atenderá a demanda dos empreendimentos já contratados do parque e a Fase 01 que contará com uma área de intervenção que afetará cerca de 26% da área de urbanização de todo parque. Nesta etapa também serão implantados mais dois lagos, com uma área total de escavação de 67,4 mil m² (SAPIENS PARQUE, 2014).

Quadro 2 - Características principais Sapiens Parque - Fase Zero e Fase 01

Características principais	Sapiens Parque	Fase Zero	Fase 01 Parcial	Fase 01
Tempo de implantação	15 a 20 anos	15 meses	6 meses	36 meses
Área de intervenção (m ²)	4.445.962,00	191.425,00	40.009,30	1.113.532,56
População (habitantes)	27.627	776	899	14.405
Empregados				
Visitantes	33.333	86	910	16.497
Extensão da Infraestrutura (Km)	18,77	0,60	0,43	8,08
Consumo de água (m ³ /d) - vazão máxima horária	6.010,70	62,80	170,60	2.854,37
Geração de esgoto (m ³ /d) - vazão máxima horária	5.109,10	61,30	145,01	2.426,13
Consumo de energia (GWh)	206,00	2,10	0,44	6,87

Fonte: Sapiens Parque (2014, p. 35).

4.3.2 Diretrizes socioambientais e sustentáveis para edificação

O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do empreendimento apresentou diretrizes macro para implantar os conceitos de sustentabilidade, tanto a infraestrutura do empreendimento quanto as suas edificações. Tais diretrizes visam garantir a execução das metas de sustentabilidade associadas ao conceito do parque, além de promover o desenvolvimento do projeto de maneira harmoniosa com o entorno direto e indireto do parque, além do equilíbrio entre os elementos urbanos e naturais.

Captação e utilização de água da chuva – As edificações, por meio de equipamentos e dispositivos instalados em seus telhados, devem captar esta água e encaminhá-la para reservatórios de armazenamento, objetivando abastecer parcela significativa do empreendimento. Ajuda na drenagem do terreno, uma vez que reterá as águas pluviais num plano anterior ao do processo de escoamento. Por estar inserido numa região

que apresenta problemas de falta de água, visa reduzir a pressão sobre o sistema público de abastecimento, bem como reter a água pluvial, diminuindo o pico de vazão observado nos hidrogramas de escoamento de sistemas convencionais de macrodrenagem.

Utilização de equipamentos economizadores de água – Para tornar o consumo mais racional, todas as edificações internas deverão fazer uso máximo destes, reduzindo, com isto, a pressão sobre o recurso água. O uso de equipamentos vai desde a adoção de torneiras com acionamento eletrônico até vasos sanitários com descarga a vácuo.

Eficiência energética máxima – Visam reduzir o consumo de energia das edificações do Sapiens Parque a um nível mínimo e torná-las modelo de eficiência energética, de conservação de recursos naturais e de utilização de energia solar. Além dos sistemas de iluminação e ar condicionado energeticamente eficientes, as edificações devem também:

- aproveitar a iluminação natural e sua integração com o sistema de iluminação artificial;
- utilizar isolamento térmico na cobertura das edificações e de componentes construtivos adequados ao clima, para auxiliar a redução da carga térmica inserida nas edificações garantindo melhores níveis de conforto térmico e menor consumo de energia com ar condicionado;
- utilizar paredes adequadas ao clima de Florianópolis e auxiliar na redução da carga térmica e do consumo de energia com ar condicionado;
- a área ideal de janela para que haja um balanço entre a iluminação natural e a carga térmica. Esta estratégia permitiria a redução do consumo de energia com iluminação artificial e com ar condicionado;
- a possibilidade de utilização de proteções solares externas que impeçam a incidência de radiação solar direta sobre as janelas, mas que não obstruam a entrada da luz natural nem da ventilação;
- o uso correto de cores externas para garantir uma menor absorção da radiação solar e diminuir a demanda de energia para o condicionamento de ar;
- a forma e a orientação das edificações, que permitiria um melhor aproveitamento da luz e da ventilação natural e um melhor controle da incidência da radiação solar, garantindo menor consumo de energia com ar condicionado e iluminação artificial;

- a viabilidade de implantação de sistemas de geração de energia através da utilização de painéis fotovoltaicos. Esta estratégia auxiliaria na redução de gastos com energia elétrica e contribuiria com a redução da poluição ambiental associada à geração de hidroeletricidade; e
- a viabilidade de utilização de aquecedores solares de água. Nos locais onde a água quente se fizer necessária, pode-se utilizar aquecedores solares e reduzir o consumo de energia utilizada em chuveiros elétricos (SAPIENS PARQUE, 2014).

4.4 ESTRUTURAÇÃO JURÍDICA

4.4.1 Natureza jurídica

A modalidade sociedade de propósito específico não se trata de uma espécie de sociedade empresarial prevista em lei, por isso a Sapiens Parque S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, regulada pela Lei nº 6.404/76, de natureza jurídica privada, controlada indiretamente pelo governo do Estado de Santa Catarina, por meio da CODESC S/A e SC Par S/A, tornando-a submetida à Lei de Licitação, Lei nº 8.666/93.

Constituída em 13 de dezembro de 2002, com as acionistas Fundação CERTI e o Instituto SAPIENTIA, a Sapiens Parque S/A já foi concebida com instrumentos de governança corporativa, especialmente por meio da formação completa dos órgãos sociais, hoje presentes.

Durante o desenvolvimento do projeto, integraram a sociedade, controlando-a, a CODESC, em 30 de maio de 2003, concluindo, somouse aos acionistas da Companhia, a SC Parcerias, 01 de junho de 2006, compondo o quadro de acionistas da Sapiens Parque S/A, atualmente mantido.

A Sapiens Parque S/A possui todas as características de uma sociedade anônima, formando o seu capital social por ações, podendo emitir valores mobiliários e demais operações típicas desta natureza de sociedade (SAPIENS PARQUE, 2014a).

4.4.2 Evolução do estudo jurídico até a escolha de SPEs

O projeto Sapiens Parque traz no seu bojo um conceito moderno, inovador, arrojado e desafiante, pretendendo aliar o conhecimento humano, ao desenvolvimento tecnológico, econômico, social e regional,

trazendo consigo uma complexidade de relações jurídicas e negociais que enseja a busca por soluções inovadoras e robustas.

Não obstante estas características, a solução jurídica que se buscava no projeto, exigia que se caracterizasse pela objetividade e simplificação, com um modelo enxuto, viabilizando que o dinamismo das relações, não se deparasse no desenvolvimento do projeto com impeditivos formais, inviabilizando determinadas soluções negociais ou institucionais, em vista de “amarras” jurídicas criadas, no ímpeto de dar uma forma jurídica complexa e com excessivo regramento.

O projeto Sapiens Parque apresenta características diferenciadas daquelas comumente encontradas na formação de grandes projetos, em que as entidades envolvidas, e que por ventura poderiam vir a tornar-se sócias, possuem perfis distintos na sua natureza jurídica, entre privadas e públicas, e ainda parte com fins lucrativos e parte sem fins lucrativos.

A decisão inicialmente tomada, dava conta da existência de duas entidades convictas a iniciar o projeto, Instituto Sapiencia e Fundação Centros de Referência em Tecnologia Inovadoras (CERTI), somado com uma terceira, importante à sua realização, ainda sem decisão tomada, mas com excelente perspectiva de participação, neste caso, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC).

As duas primeiras tratam-se de entidades civis, com a natureza jurídica de Associação e Fundação, respectivamente, ambas sem fins lucrativos, focados na inovação tecnológica.

O Instituto Sapiencia possui o seguinte objeto social:

Artigo 3º - O INSTITUTO SAPIENTIA tem por objeto social a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de tecnologia da informação, economia da experiência, meio-ambiente e sociedade do conhecimento, consubstanciada em projetos de grande relevância sócio-ambiental e econômico para a sociedade brasileira.

Parágrafo Único – O INSTITUTO SAPIENTIA organizar-se-á em tantas unidades de prestação de serviços associadas quantas se fizerem necessárias, as quais serão igualmente regidas pelas presentes disposições estatutárias, utilizando-se, para atender suas finalidades, da execução de:

I – Projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada;

- II – Projetos e programas de experimentação e demonstração de soluções tecnológicas;
- III – Projetos de desenvolvimento de tecnologias, negócios e empreendimentos inovadores;
- IV – Projetos de estudos e pesquisas de caráter tecnológico para a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável;
- V – Projetos de estudos e pesquisas de caráter tecnológico para experimentação, não lucrativa, de modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito. (INSTITUTO SAPIENTIA, 2013).

Nesse mesmo sentido, a Fundação CERTI (2011), elenca as seguintes finalidades estatutárias:

Artigo 7º - A Fundação CERTI tem por objetivo gerar soluções científicas e tecnológicas, inovadoras e competitivas, que contribuam para o desenvolvimento do setor produtivo, em prol do progresso e bem-estar da sociedade brasileira.

Parágrafo 1º - As soluções científicas e tecnológicas são desenvolvidas na forma de:

- I - Pesquisas tecnológicas aplicadas, realizadas autonomamente ou em conjunto com empresas, universidades e/ou instituições de pesquisa e desenvolvimento;
- II - Estudos especializados sobre oferta/demanda, aplicação e/ou especificação de tecnologias;
- III - Desenvolvimentos de sistemas físicos e/ou softwares para integração aos processos produtivos;
- IV - Desenvolvimentos de protótipos de produtos, podendo estender-se até a fase de produção "cabeça de série";
- V - Consultorias e assessorias especializadas;
- VI - Treinamentos e qualificação de recursos humanos;
- VII - Serviços tecnológicos de medição, calibração, aferição, ensaios e testes de padrões, instrumentos, equipamentos e/ou produtos;

VIII - Outras formas de geração, captação, domínio e transferência de tecnologias. (CERTI, 2011).

A CODESC por sua vez, apresenta os seguintes objetivos sociais:

Artigo 4º - São objetivos da CODESC:

I - adquirir e administrar, sob qualquer forma e nos limites permitidos em lei, participações e controles societários;

II - promover, sob orientação do Governo do Estado, o desenvolvimento econômico e a integração da ação do Estado com a dos Municípios e da União, dentro dos seus objetivos;

III - orientar a aplicação de recursos das empresas das quais participe, em harmonia com as diretrizes emanadas do Governo Estadual e com os critérios que disciplinam a atuação do Estado nos agentes financeiros federais, regionais e estaduais;

IV - intervir como garantidora em contratos de interesse e em benefício de empresas direta ou indiretamente controladas pelo Estado ou por outras entidades de direito público;

V- criar e praticar todos os atos visando a prestação de serviços necessários à perfeita satisfação dos interesses da Companhia, podendo cobrar, desde que conveniado entre as partes, os valores referentes a essa atividade;

VI - administrar e operacionalizar as Superintendências das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina, visando cumprir as finalidades previstas nas Leis Complementares de números 104, de 04 de janeiro de 1994 e 162 de 06 de janeiro de 1998, quanto aos aspectos sociais, econômicos, culturais, ecológicos e desportivos; e

VII - administrar e operacionalizar, por delegação da Secretaria de Estado da Fazenda, a Loteria do Estado de Santa Catarina – LOTESC, responsabilizando-se pela operacionalização, autorização, normatização, fiscalização e controle das modalidades lotéricas no Estado de Santa Catarina. (SANTA CATARINA, 1996).

Por outro lado, as relações negociais que se apresentavam para a realização do projeto, ainda na fase de estudos, indicavam pela sua multiplicidade, havendo a possibilidade do investidor relacionar-se com o projeto desde uma participação societária, ou por meio de empréstimos, ou ainda, aquisição, permuta, locação, comodato ou qualquer outra forma que, na evolução dos trabalhos do projeto, poder-se-ia concluir por mais oportuna.

Assim sendo, resta a solução jurídica apresentada que busca atender a esse fértil e vasto ambiente de relações jurídicas, desde o seu nascedouro até a sua concretização, quando das relações negociais.

Conclusivamente, quais eram os objetivos buscados na solução jurídica:

1. permitir a integração numa só relação jurídica de entes heterogêneos, podendo, inclusive, vir oportunamente a participar da relação com uma sociedade de economia mista e, posteriormente, qualquer outra entidade interessada;
2. conciliar uma característica comum aos partícipes e absolutamente peculiar, todos possuíam previsão estatutária de participação em outras sociedades, inclusive com foco no desenvolvimento regional, contudo, nenhum deles previa estatutariamente a possibilidade de realizar os negócios jurídicos que se esperava que ocorressem no exercício das atividades de ponta do projeto;
3. propiciar uma relação jurídica estável aos partícipes, com estabilidade no avançar dos tempos;
4. permitir a criação de um modelo estável e enxuto, dinâmico e flexível, para atender as inúmeras relações advindas do modelo de negócio em desenvolvimento do projeto;
5. alcançar a desvinculação dos riscos do negócio com o patrimônio dos sócios, em vista de se tratarem de entes absolutos de zelo patrimonial, e no sentido inverso não haver a contaminação de qualquer implicação jurídica dos partícipes aos negócios do projeto; e
6. afastasse do projeto eventuais instabilidades políticas, em vista da participação de um ente da administração pública indireta, trazendo segurança e longevidade ao projeto para tornar-se convidativo ao investidor.

Perseguindo esses objetivos, analisou-se as formas básicas dentro das relações obrigacionais do direito, para após a análise e julgamento, partir-se para a evolução e aprofundamento da solução optada.

Para isso, perpassou-se desde a relação puramente contratual, até concluir com a formação de um novo ente jurídico, como forma da oferecer a melhor solução aos objetivos traçados:

I) Relação Contratual

A relação jurídica contratual, para formalizar a o negócio jurídico entre os criadores do projeto, traz na sua essência, um ato jurídico menos formal na sua formação, exigindo para a sua celebração, apenas um contrato jurídico. Todavia, encontraria barreiras, inicialmente porque as relações jurídicas ocorreriam com a proprietária do terreno, a qual, como mencionado, não poderia operar relações jurídicas estranhas ao objeto. Tal solução iria, também, estabelecer uma relação de fragilidade jurídica, dificultando o recebimento de investimentos, já que não haveria a distinção de personalidade jurídica, em que quaisquer eventuais problemas encontrados com os contratantes poderiam pôr em risco o projeto.

II) Formação de Consórcio

O Consórcio de empresas, foi uma hipótese estudada, que por se tratar de um ente com características contratuais e formação de sociedade, serviu, nesta análise, como forma intermediária. Esta solução apresentava como vantagens a exigência de menor formalidade na constituição da relação e a legitimidade judicial e contratual. No entanto, apresentava certas desvantagens, a exemplo de não alcançar o objetivo pretendido da distinção patrimonial absoluta, recaindo, ainda, os ônus do consorciado ao bem imóvel, por se manter no patrimônio da Sociedade de Economia Mista, apesar de constituir patrimônio apartado, e ainda a fragilidade da relação, causando insegurança jurídica e dificuldade de receber investimentos.

III) Formação de Novo Ente Jurídico

Por fim, foi trazida a constituição de novo ente jurídico, como outra solução que merece análise. Neste ponto em especial, em comparação aos outros, tinha-se uma formatação jurídica, em que a formalidade e complexidade jurídica eram maiores, se comparadas as anteriores. A constituição de uma nova personalidade jurídica exige o cumprimento de uma gama maior de deveres e pressupostos legais. Contudo, tal solução era atrativa, pois tinha em si uma segurança jurídica maior em relação as anteriores. A distinção patrimonial e obrigacional entre esse modelo jurídico e os partícipes iniciais do projeto e aqueles que porventura viriam, reduz os riscos do negócio aos partícipes e, somado a isso, impede

a contaminação direta entre as demais relações jurídicas destes partícipes com o próprio objeto do projeto. Por outro lado, mesmo parecendo a solução mais complexa, tinha-se uma solução mais enxuta e dinâmica. O ente jurídico criado poderia participar de inúmeras relações jurídicas, atendo as aspirações do projeto em ser flexível às oportunidades de negócio surgidas, somando a outros atributos, como controlador do cumprimento das regras de ocupação e convivência no Parque, sendo especialmente preparada para celebrar os contratos na forma como se objetivava nas relações jurídicas da atividade fim do projeto Sapiens Parque.

Somado a tudo isso, na realização do *bentmarking* com projetos de natureza e por semelhantes, foi apurado o uso elevado do modelo de constituição de novo ente jurídico, na forma então chamada de Sociedade de Propósito Específico.

Esse modelo societário, trazido da *common law*, em que os objetivos sociais não são restritos, foram adaptados para uso no direito nacional, mesmo inicialmente parecendo estranho, já que nele as sociedades possuem os seus objetos específicos, é largamente empregado como forma de materializar o projeto em ente distinto juridicamente dos participantes, com a finalidade restrita, apenas ao projeto que foi criado.

A então denominadas SPEs, são empregadas normalmente dentro de um modelo de engenharia financeira, conhecida como “*Project Finance*”, instrumento que perfeitamente poderá vir a ser empregado no Projeto Sapiens Parque.

Por sua vez, a Ernest & Yong, da mesma forma havia previsto no seu relatório de conclusão da consultoria realizada, a solução negocial empregando o modelo da Sociedade de Propósito Específico, sugerindo, inclusive, a sua natureza jurídica, senão vejamos:

Os fatos acima expostos tornam desinteressante para investidores e/ou parceiros, tanto de Capital quanto de Financiamento, a participação do Projeto dentro das estruturas da **Fundação Certi** e da **Codesc**, visto que os objetivos de negócio dos participantes poderiam se confundir, dificultando, assim, a gestão do Projeto, sua avaliação financeira, gestão de caixa, agilidade de decisões, além da alocação de custos e riscos relacionados ao mesmo. Desta forma, propõe-se que o Projeto seja segregado em uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), onde todos os aspectos de

gestão, ativos, passivos e fluxo de caixa estejam claramente separados dos outros negócios dos agentes envolvidos no Projeto, quer seja pelos atuais sponsors, quer seja por futuros investidores / parceiros. Assim, considerando a constituição de uma SPE para o Projeto, os agentes financiadores teriam clara visão do que estão financiando e a gestão do Projeto teria objetivo definido, facilitando a alocação dos riscos relacionados ao mesmo. Além do mais, deve-se destacar que, diante deste cenário, os custos do empreendimento seriam facilmente avaliados e o fluxo de caixa respectivo seria conhecido.

Dentre as várias formas de sociedade empresariais existentes no Brasil, propõe-se que a SPE seja uma Sociedade por Ações, tendo em vista que as características desta são mais aceitas pelo mercado financeiro, já que possuem Legislação específica mais completa, permitindo maior transparência ao negócio, facilitando assim o ingresso de investidores de capital e de agentes financeiros no Projeto. (ERNEST & YONG, 2002).

Dessa forma, em vista da clareza da medida mais acertada, definiu-se pela constituição de uma sociedade comercial com propósito específico, na forma de Sociedade Anônima, com personalidade jurídica de direito privado, tendo objeto pontual e restrito, com prazo ilimitado.

Concluída a formatação jurídica, tinha-se desafios imediatos, entre outros, a celebração de Convênio com a FINEP obrigava que o ritmo fosse aumentado, sem ocorrer interrupções, pois algumas metas vinham sendo vencidas e a constituição do ente tornou-se premente.

Apesar da certeza e motivação para constituição do ente jurídico pelos entes do projeto, a CODESC, por estar passando por um momento de transição política com a mudança de governo, não podia tomar decisões dessa envergadura.

Esse quadro fez com que os entes jurídicos integrados ao projeto, com exceção da CODESC, assumissem o risco e em atenção inclusive à orientação da consultoria contratada, constituiu-se a Sapiens Parque S/A, em 13 de dezembro de 2002.

Desta feita, a constituição da SPE deu-se nos momentos e forma, assim dispostos:

MOMENTO 1 - Constituição da Sociedade Anônima – Fundação CERTI e Instituto Sapiencia:

a) Natureza Jurídica – SPE constituída na forma de Sociedade Anônima, denominada Sapiens Parque S/A;

b) O quadro social ficou constituído da seguinte maneira:

- **CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO: R\$ 220.000.000,00**
(duzentos e vinte milhões de reais)
- **CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO: R\$ 250.000,00**
(duzentos e cinquenta mil reais);
- **FUNDAÇÃO CERTI**
Subscreveu R\$ 200.000,00
Integralizou R\$ 20.000,00
- **INSTITUTO SAPIENTIA**
Subscreveu R\$ 50.000,00
Integralizou R\$ 5.000,00
- **DEMAIS ACIONISTAS**
Valor simbólico de R\$ 1,00

c) Os Órgãos Sociais:

Conselho de Administração formado por 5 membros;
Diretoria formada por 2 membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação;
Conselho Fiscal permanente, formado por 3 membros titulares e número igual de suplentes.

d) O Objeto Social tem sua definição:

A Sociedade tem por propósito específico executar o projeto de desenvolvimento regional denominado “SAPIENS PARQUE”, por meio das seguintes atividades a este relacionadas ou correlatas:

- I - criar, planejar e executar projetos sociais, empresariais, tecnológicos, ambientais, turísticos e quaisquer outros pautados no conhecimento e no ser humano;
- II - criar e administrar condomínios empresariais;
- III - realizar negócios jurídicos com seus bens imóveis, móveis, corpóreos e incorpóreos, a exemplo de comprar, vender, permutar, locar, licenciar, ceder, arrendar, desde que sejam

consentâneos com os objetivos a que se criou a Sapiens Parque S/A;

IV - criar e participar de sociedades comerciais ou de sociedades civis, independente da espécie;

V - prestar serviços de consultoria administrativa, financeira, empresarial e tecnológica; e

VI - planejar, projetar, construir e explorar os seus respectivos negócios.

Cumprida a primeira fase, restava a realização da fase seguinte, no que concernia ao modelo jurídico, com a participação da CODESC.

Está fase merecia um cuidado ainda maior, tendo em vista que se tratava de uma Sociedade de Economia Mista com a decisão já tomada de participar da SPE, mas naturalmente com as complexidades, fruto da sua natureza jurídica.

Nesse tema, o aspecto que merecia atenção fixava-se basicamente numa eventual necessidade de autorização legislativa para que se configurasse a participação da CODESC na SPE. No entanto, apesar da indução dos partícipes em realizar tal formalidade, a celeridade vital ao projeto, ficava abalada com a espera pela realização de todo o procedimento legislativo de uma pretensa autorização.

Pretendeu-se, então, em pleno respeito à legalidade, manter o grau de dinamismo necessário à sobrevivência do projeto, o que, todavia, dificuldade maior neste caso não se verificou, tendo em vista que a CODESC possuía o seu objeto social em perfeita harmonia com os ditames da SPE, inclusive com o seu objetivo maior de promover o desenvolvimento regional. Nesse tema, em especial, assim prevê o seu estatuto:

Artigo 4º - São objetivos da CODESC:

I - adquirir e administrar, sob qualquer forma e nos limites permitidos em lei, participações e controles societários;

II - promover, sob orientação do Governo do Estado, o desenvolvimento econômico e a integração da ação do Estado com a dos Municípios e da União, dentro dos seus objetivos; (CODESC, 1996).

Outrossim, a Constituição Estadual, respaldava taxativamente esse entendimento, por força do seu artigo 13 que assim dispõe

Art. 13 (...)

§ 2º - Depende de autorização legislativa, em cada caso, a participação das entidades da administração indireta no capital de empresas privadas, **ressalvadas as instituições financeiras oficiais e as que tenham por objetivo a compra e venda de participações societárias ou aplicações de incentivos fiscais.** (SANTA CATARINA, 2013).

Sendo seguido toda a previsão estatutária e constitucional por decisão, a respeito da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, que assim decidiu:

1. Dispensa-se de autorização legislativa a criação de empresas públicas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei de institui a empresa de economia mista matriz. A lei criadora é a própria medida autorizadora. (ADIN 1.649-1/97). (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2013).

Desta forma o modelo jurídico adotado é respaldado e fundamentado na mais perfeita obediência a legislação brasileira.

4.4.3 Objeto social

O objeto social da Sapiens Parque S/A, atendendo o rigor do modelo SPE e de acordo com o previsto no Art. 3º do Estatuto Social, tem como objeto social: criar, planejar e executar projetos sociais, empresariais, tecnológicos, ambientais, turísticos e quaisquer outros pautados no conhecimento e no ser humano; criar e administrar condomínios empresariais; realizar negócios jurídicos com seus bens imóveis, móveis, corpóreos e incorpóreos, a exemplo de comprar, vender, permutar, locar, licenciar, ceder, arrendar, desde que sejam consentâneos com os objetivos a que se criou a Sapiens Parque S/A; criar e participar de sociedades comerciais ou de sociedades civis, independente da espécie; prestar serviços de consultoria administrativa, financeira, empresarial e tecnológica; e planejar, projetar, construir e explorar os seus respectivos negócios (SAPIENS PARQUE, 2014a).

4.4.4 Capital social e quadro societário

O capital social subscrito e integralizado da Sapiens Parque S/A é no valor de R\$ 237.222.616,00 (Duzentos e trinta e sete milhões, duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e dezesseis reais). A companhia tem capital social autorizado de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), cabendo ao Conselho de Administração, dentro deste capital autorizado, deliberar sobre o aumento de capital social (SAPIENS PARQUE, 2014a).

A distribuição de participação societária verifica-se na Tabela a seguir.

Tabela 1 - Participação societária da Sapiens Parque S/A.

NOME DO ACIONISTA	VOTANTE
CODESC	58,52%
SC Parcerias	36,45%
Fundação CERTI	4,58%
Instituto Sapiencia	0,44%
TOTAL	100%

Fonte: Sapiens Parque (2014a).

4.4.5 Órgãos sociais

A Sapiens Parque S/A possui como órgãos sociais típicos de Sociedade Anônima, formada pela Assembleia Geral dos Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria (SAPIENS PARQUE, 2014a).

4.4.6 Organograma

Figura 35 - Organograma Sapiens



Fonte: Sapiens Parque (2014a).

4.4.7 Assembleia geral

O foro constituído pelos acionistas e órgão soberano na Sociedade Anônima é a Assembleia Geral, a qual, em virtude da matéria, reúne-se em assembleia geral ordinária e extraordinária. A Sapiens Parque S/A não possui emissão de debêntures ou outros títulos mobiliários, exceto ações, que mereça formar assembleias especiais para atender aos interesses dos titulares destes direitos. A assembleia geral é o ambiente em que o acionista exerce seus direitos básicos de fiscalizar, votar e ser votado, dentro das regras legais, estatutárias e, no caso da Sapiens Parque S/A, em atenção ao acordo de acionistas subscrito pela unanimidade do seu quadro societário (SAPIENS PARQUE, 2014a).

4.4.8 O conselho fiscal

O Conselho Fiscal, com mandato anual, é formado por três membros titulares e três membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, geralmente indicados pelas acionistas representantes da administração pública, como forma de suplementar a segurança patrimonial pública (SAPIENS PARQUE, 2014a).

4.4.9 Administração

Composta pela Diretoria e Conselho de Administração, a Administração da Sapiens Parque S/A é formada de modo a atender e preservar as características conceituais do projeto, concedendo-lhe um adequado modelo de gestão.

Diretoria – É composta por cinco membros, todos com mandato de três anos, admitida a reeleição, na forma do Art. 26 do Estatuto Social, eleitos pelo Conselho de Administração, respeitada à Cláusula Sexta do Acordo de Acionistas com a paridade da participação dos acionistas (SAPIENS PARQUE, 2014a).

Conselho de Administração – É o agente de inter-relação entre a participação proprietária, os acionistas reunidos na assembleia geral e o órgão executivo da Companhia, a Diretoria. Com os seus membros eleitos na Assembleia Geral dos acionistas para representá-los na gestão da sociedade anônima, os mesmos têm a capacidade de estabelecer as diretrizes da companhia, debater e reavaliar o negócio, fixando planos e metas. A Diretoria é eleita pelo Conselho de Administração e integra a administração da companhia respondendo diretamente a este, prestando informações, consultando-o e por ele sendo fiscalizada, tornando-o também órgão social de controle e auxílio à gestão. Possui natureza deliberativa, não lhe cabendo a execução da gestão da Companhia, privativa da Diretoria, a quem compete representá-lo perante terceiros. Acumula, além as funções típicas deste órgão social, a representatividade dos agentes da sociedade, vitais a projetos desta natureza. É formado por agentes de governo; sociedade acadêmica; institutos de pesquisa e desenvolvimento; e o ambiente empresarial; relevantes ao sucesso de um projeto de parque de inovação e de desenvolvimento econômico, tecnológico e social de uma região. Tem mandato de três anos, com seus membros eleitos em atenção à Cláusula Quinta do Acordo de Acionistas, subscrito pela integridade do quadro societário, permitindo, de acordo

com as diretrizes da governança corporativa, a participação proporcional e equânime dos acionistas (SAPIENS PARQUE, 2014a).

Comitês de apoio ao Conselho de Administração – Seguem as melhores práticas de mercado, apontados pelo IBGC. Tem sintonia com os objetos mais relevantes do projeto Sapiens Parque, centrados na abordagem técnica-objetiva, necessárias a determinadas deliberações do Conselho de Administração. Compõe-se por membros do Conselho de Administrativo, aproveitando a diversidade técnica que é formado, almejando absorver contribuições relativas às suas especialidades. Possui as seguintes características:

Objetivo – Estudar, analisar e se posicionar quanto a temas de interesse estratégico da Companhia, visando suportar as decisões do CA e aprofundar o processo de interação com a Administração do Sapiens Parque;

Formato do Comitê Executivo – São formados por membros do Conselho de Administração com interesse no tema em questão, além da Diretoria do Sapiens Parque S/A, que participa na função de secretaria e suporte;

Modo de Operação – Os Conselhos Executivos devem operar segundo agenda própria, a ser definida pelos seus membros, devendo reunir-se antecipadamente à reunião do CA para tratar de assuntos a serem posteriormente submetidos ao CA (SAPIENS PARQUE, 2014a, p. 25).

Baseado nestas configurações instituiu-se três Comitês Executivos: Comitê Executivo Político-Institucional visando estabelecer as estratégias e ações relacionadas a órgãos e projetos que envolvam os Governos Federal, Estadual e Municipal; Comitê Executivo de Investimento e Financiamento que está voltado para a análise e proposição de estratégias e ações relacionadas com o processo de captação, negociação e contratação de investimentos e financiamentos; e Comitê Executivo de Projetos Mobilizadores que está focado no processo de concepção, desenvolvimento e implantação de Projetos Estratégicos dentro das áreas de atuação da Sapiens Parque S/A. (SAPIENS PARQUE, 2014a).

Os **Conselhos Consultivos** são o apoio para o desenvolvimento econômico, sustentável e social da região, com a participação direta da sociedade, reunidos em temas identificados como relevantes ao projeto,

de caráter consultivo. Estão previstos no Estatuto Social, Art. 18, § quarto, com as seguintes competências:

Conselho Consultivo Empresarial – Orientado para a análise e proposição de questões relacionadas ao desenvolvimento das iniciativas e projetos de caráter empresarial do Sapiens Parque nos diversos segmentos de atuação do empreendimento: tecnologia, serviços e turismo. Em função disso, deve contar com a participação de lideranças de classe e empreendedores de referência nos setores mencionados;

Conselho Consultivo de Sustentabilidade Socioambiental – Focado no tratamento de questões relacionadas com o meio ambiente e com os possíveis impactos sociais do Sapiens Parque na comunidade do entorno, na região e no estado. Deve contar com a participação de lideranças e personalidades reconhecidas pela atuação nos segmentos social e ambiental;

Conselho Consultivo Científico-tecnológico – Este conselho busca tratar dos assuntos relacionados ao desenvolvimento técnico-científico do Parque, especialmente no que se refere à interação com o meio acadêmico e com entidades de pesquisa e desenvolvimento. O objetivo do Conselho é propor e acompanhar as iniciativas e projetos que promovam o caráter inovador e de referência do Sapiens Parque;

Conselho Consultivo Político-institucional – Visa debater, analisar e tratar de temas relacionados à interação da Sapiens Parque SA com as instâncias Federal, Estadual e Municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Desta forma, sua constituição deve contemplar representantes destes órgãos e, eventualmente, de entidades ou empresas do setor público (SAPIENS PARQUE, 2014a, p. 26-27).

Atualmente estão constituídos os Conselhos Consultivos Científico-Tecnológico, Empresarial e de Sustentabilidade Socioambiental, em plena atividade, restando apenas a formação do Conselho Consultivo Político-Institucional (SAPIENS PARQUE, 2014a).

Finalizando-se esse item, quando foi apresentada toda estrutura do empreendimento, incluindo a jurídica e a evolução da adoção do marco jurídico, passa-se, no próximo com a discursão dos desafios quanto a implantação de PCTs, políticas públicas e especialmente, o marco jurídico adotado como facilitador do processo de inovação.

5 OS DESAFIOS RELATIVOS A IMPLANTAÇÃO DE PCTs, POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO, MARCO JURÍDICO DA SAPIENS E O PROCESSO DE NOVAÇÃO

A inovação tecnológica é fator-chave em uma economia fundamentada no conhecimento, em que muitas instituições governamentais, de ensino e pesquisa, de desenvolvimento e empresas, entre outros, interagem para realizar ações que permitam catalisar a geração de inovações, criando ambientes para maior interação desses agentes em nível local. Um desses ambientes são os parques tecnológicos.

As organizações gestoras dos parques apresentam fontes de financiamento diferenciadas das empresas e grandes empreendimentos tradicionais. Por possuírem um grande aporte imobiliário, os PCTs podem valer-se de operações imobiliárias como fontes de financiamento. No entanto, os recursos para seu financiamento podem originar-se de fontes como subvenções governamentais, universidades, bancos, fundos filantrópicos e contribuições da indústria (ROSENBLUM, 2004).

O tipo de financiamento a ser adotado pelos parques e a atratividade do empreendimento aos investimentos, tanto públicos quanto privados, são influenciados e limitados pela natureza jurídica da organização contratante, no caso a organização gestora do empreendimento, pela característica do que vai ser contratado e pelo modelo de negócio do empreendimento em questão, ou seja, a perspectiva de renda futura, as garantias oferecidas, o fluxo de receitas, entre outros (FIGLIOLI; PORTO, 2012).

Para implantar as infraestruturas físicas e de serviços do PCT, este pode obter receitas por meio de:

- venda de terrenos na área do parque – a organização gestora do parque pode obter tais áreas por meio de compra, doação de áreas públicas, ou doação de áreas privadas. Uma das motivações para o setor privado realizar a doação de terrenos para a organização gestora do parque é que a implantação do parque pode gerar uma valorização da área do entorno do empreendimento;
- aluguéis, leasing ou venda de salas ou edifícios, se a organização gestora for a proprietária de edifícios, condomínios de empresas ou barracões;

- royalties sobre produtos/processos cuja titularidade é compartilhada em função da utilização de seus equipamentos e profissionais;
- prestação de serviços tecnológicos ou de gestão;
- participação no capital de empresas residentes por meio de investimento de venture capital;
- participação em projetos imobiliários associados, promovidos pela valorização do entorno da área do parque (FIGLIOLI; PORTO, 2012, p. 292).

Esse tipo de procedimento só é interessante se todos os atores participantes não possuírem, prioritariamente, o retorno sobre o recurso investido na forma de lucro imediato. Verifica-se que para estimular a iniciativa privada a investir no empreendimento quando não há demanda de mercado para empreendimentos imobiliários, no intuito de regenerar e dinamizar economicamente a região, o governo deve realizar os investimentos iniciais (FIGLIOLI; PORTO, 2012).

Segundo Bolton (1997, p. 145), “embora existam exemplos ao redor do mundo de incubadoras e parques tecnológicos que são lucrativos como investimentos, este não é o caso geral onde eles são usados como instrumentos de desenvolvimento local”. E, Zouain (2003) aduz que, estabelecer estratégias para captar o interesse da iniciativa privada para apoiar projetos e participar diretamente no seu desenvolvimento, é uma árdua tarefa a ser superada para o desenvolvimento dos PCTs.

Ressalta-se que o modelo de negócio adotado pelos PCTs varia caso a caso e a receita futura é insuficiente para cobrir os dispêndios, devido a maioria apresentar uma dimensão de política pública voltada ao desenvolvimento local/regional, dependendo de aporte de recursos públicos, com parcerias entre investidores privados e entidades públicas (FIGLIOLI; PORTO, 2012).

Para Link e Scott (2007), a existência de empresas e instituições de desenvolvimento e pesquisa, geograficamente próximas, não garante a atuação estratégica conjunta dos participantes de um PCT. A mesma depende de dimensões sociais, culturais e organizacionais. A motivação de uma empresa instalar-se em um PCT é o acesso às facilidades de pesquisa e aos cientistas das universidades.

A disponibilidade de recursos financeiros apresenta-se como condição significativa para o sucesso dos PCTs. E, “é desejável que o empreendimento se realize em um ambiente macroeconômico proativo,

gozando de estabilidade política e com uma estrutura regulatória favorável à atividade empresarial” (GAINO; PAMPLONA, 2014, p. 184).

Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 98) aduzem que os PCTs:

[...] são ambientes capazes de estimular a criação tecnológica pela minimização dos custos de transação, associados a constrangimentos institucionais que dificultam, se é que não impedem, o desenvolvimento da colaboração e cooperação necessária à troca de conhecimentos tácita e codificada entre as organizações econômicas. (DINIZ; SANTOS; CROCCO, 2006, p. 98).

Ressalta-se que, devido à complexidade existente nesse tipo de empreendimento, os PCTs pressupõem competências e recursos que certamente não poderiam ser providos por um único agente local. Logo, a existência de um ou mais agentes legítimos e, com recursos o suficiente para acomodar os diferentes interesses dos envolvidos, é imprescindível.

Segundo Barquette (2002, p. 102), “[...] não se constrói, em um local destituído de certos elementos locacionais, uma sociedade verdadeiramente inovadora, capaz de reproduzir e sustentar autonomamente a nova dinâmica do espaço”.

Contextualmente, a implantação e o desenvolvimento de PCTs dependem de

[...] condições históricas, sociais, culturais e da presença de infraestrutura de pesquisa previamente instalada, isso pode ser verificado pela heterogeneidade das diversas experiências, inclusive em termos de seus resultados e entidades participantes (GAINO; PAMPLONA, 2014, p. 185).

A simples ação de instalação de um PCT, sem se considerar as prerrogativas enunciadas na literatura contemporânea pode, segundo Gaino e Pamplona (2014, p. 186), representar:

[...] um desperdício de recursos, por vezes escassos, os quais poderiam ser utilizados na construção das bases necessárias para uma futura

instalação de empreendimentos do tipo. O perigo se concretiza quando a opção de instalação de parques tecnológicos se dá por motivos puramente políticos, sem a presença das condicionantes de sucesso. Em casos extremos, esses parques acabam se tornando simplesmente empreendimentos imobiliários empresariais de alto padrão. (GAINO; PAMPLONA, 2014, p. 186).

Conforme os resultados de pesquisa realizada pela ANPROTEC, até 2007, sobre os PCTs brasileiros, há um conjunto de desafios a serem superados nos próximos anos, quais sejam:

A maioria dos PQTs não possui uma estratégia clara de posicionamento e crescimento, o que dificulta a definição de um modelo de negócios sustentável para alavancagem do empreendimento; Em geral, os projetos apresentam forte dependência de recursos públicos para início da implantação do projeto e poucos investimentos ou investidores privados;

As equipes de planejamento, implantação e operação possuem pouca experiência na área imobiliária e financeira;

Há uma grande dificuldade de engajamento efetivo de lideranças acadêmicas nos projetos de Parques Tecnológicos;

É preciso articular e coordenar as diversas iniciativas de PqTs para evitar uma “Bolha da Inovação”, com a proliferação de um grande número de projetos que acabe prejudicando a credibilidade do tema;

É necessário mudar profundamente a cultura das universidades para aproveitar melhor os ativos de conhecimento já acumulado e investir cada vez mais nas áreas de empreendedorismo e da inovação;

É fundamental sintonizar a estratégia de implantação dos PqTs com as prioridades regionais e nacionais, bem como com as tendências internacionais;

Há necessidade de aporte de recursos financeiros significativos governamentais para “fazer a diferença” no mercado global e, ao mesmo tempo,

de regras claras, com segurança jurídica, para a atração intensiva de capital privado;
É preciso definir uma Política Nacional de Apoio a PCTs estabelecendo claramente o papel dos vários atores: Governo Federal/Central, Governo Estadual/Região, Governo Municipal/Local, Universidades, Setor Privado, Sistema Financeiro, etc. (BRASIL, 2007, p. 9).

No estudo promovido pelo Estado do Piauí, relativamente à análise jurídica de um parque a ser implantado naquela região, o escritório advocatício André Carvalho – Advocacia & Consultoria, assim expressou-se sobre o apoio do poder público:

Nesse sentido, imaginamos que as circunstâncias políticas e econômicas levarão a considerar o Poder Público antes com um papel indutor, do que propriamente empreendedor – embora essa última hipótese possa ser necessária para viabilizar a constituição inicial do projeto. Isso significa que o Estado deve atuar para induzir a reunião, em um mesmo espaço físico, das competências de entidades como Universidades, Faculdades, Escolas Técnicas, Empresas e Institutos de Pesquisas. Além de outras entidades públicas federais, estaduais e municipais. (CARVALHO, 2008).

O sucesso de um parque tecnológico deve ser medido no longo prazo, pelo impacto que ele tem no desenvolvimento regional, na economia estadual e nacional, bem como na eficácia com que o parque implantou a política definida pelo poder público. Essa realidade só se constrói com uma política bem-sucedida de atração de empresas.

O setor público tem diversas responsabilidades das quais não pode se furtar, principalmente quando se leva em conta políticas de indução do desenvolvimento de um país ou região.

No relatório de conclusão do XXI Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, a partir do conjunto das apresentações, os participantes apontaram em um de seus itens que o “Governo Federal não teve papel relevante na implantação dos parques tecnológicos [...]”. (ANPROTEC, 2011b).

Para Soly *et al.* (2012), como o período de desenvolvimento e maturação de um parque tecnológico é longo, este não atrai, pelo menos no início do projeto, investimentos privados. Desta forma, são necessárias quantias significativas de fomento provenientes de órgãos públicos.

A Presidente da ANPROTEC, Franciele Garcia, em entrevista concedida a Revista T&C da Amazônia, revela que:

É mais apropriado afirmar que precisamos evoluir na consolidação de políticas públicas em prol destas plataformas, com investimentos perenes e mais articulados (públicos e privados), de forma a acelerar a implantação e a avaliação dos projetos em alguns territórios do país. Já avançamos, mas precisamos avançar muito mais (GARCIA, 2014).

Acrescenta, ainda, que “é oportuno lembrar que, devido à dependência de recursos públicos, a maioria dos PCTs sente dificuldade em definir uma estratégia de posicionamento e crescimento, reagindo em resposta às disponibilidades de recursos”. (GARCIA, 2014).

Retornando ao Estudo de Projetos de Alta Complexidade: Indicadores de Parques Tecnológicos (BRASIL, 2014) traz-se à presente dissertação, as principais conclusões apresentadas:

- 1) ficou evidenciado que a viabilidade financeira de um parque tecnológico envolve um esforço conjunto das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e da iniciativa privada [...] com a clara demonstração de que os governos têm atuado como catalisadores e apoiadores desses investimentos na sua fase de maior risco;
- 2) além dos benefícios científicos e tecnológicos, os parques têm uma participação socioeconômica importante, com reflexos altamente positivos na geração de empregos de alta qualificação e na atração de empresas inovadoras para as regiões onde estão inseridos;
- 3) quanto às áreas de atuação, os parques apresentam uma lista abrangente de setores. As áreas mais citadas envolvem tecnologia da informação e comunicação, energia, biotecnologia, saúde, petróleo e gás natural. Todavia, diversas outras áreas são também descritas pelos respondentes, refletindo vantagens competitivas de regiões específicas como, por exemplo, indústria aeronáutica e espacial, agronegócio e tecnologias voltadas ao meio ambiente;

- 4) pode-se avaliar, a partir do estudo conduzido, que os parques científicos e tecnológicos têm gerado não somente benefícios – na forma de novos empreendimentos empresariais, geração de empregos de alta qualificação e desenvolvimento local e regional – como também, sinergias provenientes da tripla hélice, que envolvem recursos e esforços dos governos, universidades e instituições de pesquisas e iniciativa privada;
- 5) destaca-se que, em suas diferentes fases de desenvolvimento, os parques científicos e tecnológicos enfrentam desafios inerentes à implantação de *habitats* de inovação, que, pela própria natureza e complexidade dos seus projetos, envolvem elevado grau de incerteza. Nesse contexto, este estudo identifica que o apoio do governo federal é fundamental, principalmente para impulsionar parques em projeto ou em implantação. De acordo com os resultados da pesquisa, uma vez em operação, os parques passam a ter uma maior facilidade de captação de recursos privados e atração de empresas inovadoras;
- 6) para transformar conhecimento e ciência em riqueza e negócios inovadores, com agregação de valor em produtos e serviços, torna-se essencial o apoio institucional e financeiro das três esferas de governo, bem como a articulação com as políticas públicas de desenvolvimento regional; e
- 7) são de fundamental importância os investimentos públicos, das três esferas governamentais, para as iniciativas em estágio inicial de projeto e implantação, a fim de viabilizar o empreendimento nesta fase de incertezas.

Relativamente ao marco regulatório, novamente traz-se a entrevista concedida pela Presidente da ANPROTEC:

Temos ainda de buscar o aperfeiçoamento do marco regulatório vigente, incentivando mais a parceria entre ambientes e setores, com regras e condutas de gestão bem definidas. Um esforço nesta direção está em andamento com a busca de um novo código de C&T. Para que as iniciativas brasileiras de PCTs se consolidem, é fundamental que haja maior foco no desenho e na operação do modelo de gestão, contemplando a criação de marcas fortes e de estratégias de marketing e

comunicação que auxiliem no posicionamento do PCT no mercado.

Se considerarmos os propósitos do PCT, a sua inserção em algum território do país e a sintonia com as estratégias de desenvolvimento econômico e social, é natural que o projeto, a implantação e a operação de um PCT se dê em sinergia com as capacidades e limitações de atores públicos ou privados (governos, universidades, investidores). A maioria dos PqTs brasileiros surgiu como iniciativa de universidades públicas. É fácil entender essa parceria quando olhamos para a missão desses ambientes de inovação: prover a “inteligência”, a infraestrutura e os serviços necessários ao crescimento e fortalecimento de empresas intensivas em tecnologia. (GARCIA, 2014).

Com referência ao marco regulatório, como pode se verificar no presente trabalho, os estudos rumaram para um modelo jurídico simples, objetivo, mas robusto, como capacidade de participar de diversas relações jurídicas eventualmente criadas para a execução do projeto como modelo de negócio.

A Sociedade de Propósito Específico, na forma de sociedade anônima, tem no seu escopo, a versatilidade como meio de permitir a captação de recursos ainda dentro das suas alternativas próprias de gerar valores mobiliários e atrair investidores.

Constituindo novo ente jurídico, a SPE cria a distinção de responsabilidade entre si e os sócios, pois as relações jurídicas realizadas pelos seus sócios não trazem risco direto ao projeto, salvo, naturalmente, a possibilidade da própria participação societária ser transferida a terceiros por força da expropriação pelo inadimplemento de obrigações pessoais.

Além disso, a pessoa jurídica regularmente constituída pode contratar e realizar qualquer negócio jurídico dentro do escopo de seu objeto social, tendo a sua existência fundada, exclusivamente, no cumprimento do programado no projeto.

A forma apresentada traz consigo a estabilidade do projeto, pautada no respeito ao objeto da sociedade, somado com a garantia trazida por instrumentos viáveis, neste caso, como o acordo de acionistas.

Nesse sentido, a Sociedade de Propósito Específico estabelecida com um fim pontualmente previsto para a realização do Projeto Sapiens,

traduz na formatação jurídica absolutamente apropriada, tornando-se o meio mais adequado para que o Projeto Sapiens Parque alcance os objetivos almejados.

Apresentam-se algumas publicações que comprovam o acima exposto, a exemplo da matéria veiculada na Revista ClipMonitor, publicada em 09 de agosto de 2013, sob o título “SC: Inovação nas parcerias publico-privadas em parques tecnológicos”, cujo o assunto é inicialmente, assim apresentado: “A legislação brasileira, historicamente, impõe alguns desafios quando se discute projetos e iniciativas que envolvem o público e o privado. Existe atualmente, uma barreira para investimentos privados em parques tecnológicos controlados pelo poder público”. Note-se que o problema de pesquisa trazido a este estudo, é efetivamente um problema real, que afeta o desenvolvimento desses habitats. A seguir a matéria publicada em seu inteiro teor:

Solução jurídica apresentada ao Sapiens Parque permitiu a proteção do patrimônio do empreendimento e garantiu atratividade e segurança jurídica para empresas interessadas em se instalar no ambiente.

O escritório de advocacia catarinense Guimarães e Santiago Sociedade de Advogados desenvolveu um modelo jurídico singular para permitir que empresas privadas se instalem no Sapiens, parque de inovação situado em Florianópolis, no Norte da Ilha, que tem como acionistas instituições públicas e de governo. A solução proposta protege o patrimônio do Parque de Inovação e o seu conceito, sem perder a atratividade, dinamismo e segurança jurídica necessária às empresas interessadas em participar do projeto. A primeira empresa a adotar o modelo foi a Softplan/Poligraph, que, em janeiro, lançou a Pedra Fundamental da sua sede no Sapiens, com investimentos na ordem de R\$ 38 milhões.

A solução jurídica utilizada, pioneira no país, foi elaborada atendendo à Lei de Licitação e integrando regras da Lei de Sociedades Anônimas e do direito imobiliário. ‘O principal diferencial do modelo é estar sintonizado com o mercado, utilizando regras e práticas típicas do ambiente empresarial, com a viabilização e segurança ao investimento realizado. Por outro lado, permite a

preservação do conceito e patrimônio do Projeto, sem recair nos modelos tradicionais que acabam se tornando inviáveis mercadologicamente, sem dar ainda a segurança necessária e a eficácia suficiente ao ente gestor, geralmente sob o controle do poder público’, explica Júlio Santiago, sócio do escritório. ‘Alcançamos esse resultado, porque hoje possuímos ambiente regional bastante desafiador e adequado ao desenvolvimento econômico social, necessários nos tempos atuais, fruto da realização de projetos dessa magnitude, de empresários inovadores e instituições públicas com visão moderna e proativas, a exemplo dos órgãos de controle, neste caso o Tribunal de Contas do Estado (TCE)’, completa.

Três outras empresas de Florianópolis já estão em processo de parceria junto ao Sapiens Parque utilizando o mesmo modelo, com a consultoria do escritório Guimarães e Santiago Sociedade de Advogados, que oferece serviços jurídicos na área empresarial com foco em empresas de tecnologia, ambientes de inovação e da construção civil. O advogado Júlio Santiago explica que o documento pode ser utilizado em processos de parceria com características semelhantes, na relação entre a administração pública e a iniciativa privada. Parques tecnológicos de outras regiões do país vêm consultando sobre o modelo, que se tornou uma referência em projetos com características semelhantes ao Sapiens.

A instalação da Softplan/Poligraph no Sapiens Parque terá 28 mil m² de área total com capacidade para abrigar 1.200 colaboradores. O edifício, em obras há 60 dias, contará com todas as tecnologias e facilidades para se consolidar como referência em edificação sustentável e atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação. (CORRÊA, 2013).

A mesma matéria foi veiculada no JorNow – Notícia, em que o título e teor, também se reporta a dificuldade de estabelecer-se um marco jurídico que acelere o processo de inovação, particularmente em PCTs: “Modelo jurídico inovador viabiliza investimentos privados em parque de inovação de Florianópolis”, e, igualmente o jornal Floripa Amanhã

informou aos seus leitores a notícia do marco jurídico do parque, como resolução desse gargalo que tanto inviabiliza esses investimentos.

Veja-se que já é possível verificar reflexos positivos do modelo jurídico adotado na Sapiens, por meio de publicações em jornais de circulação pública.

Importante lembrar, todavia, que o processo de instalação de Parques Científicos e Tecnológicos no Brasil é recente, inexistindo publicações conclusivas, uma vez que a maturação desses empreendimentos é de longa duração.

6 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O procedimento metodológico utilizado nesta pesquisa consistiu na busca de dados e informações reunidos num conjunto de elementos pelos quais foi possível conhecer o Parque Sapiens e alcançar o objetivo da pesquisa. Foi caracterizado pela escolha de fontes, seleção dos elementos para análise sistemática, descrição e explicação da situação sob estudo e sua escolha se baseou em dois critérios básicos, a natureza do objetivo ao qual se aplica e o objetivo que se tem em vista no estudo, que se centraram na gestão e no marco jurídico (CESAR, 2014).

A pesquisa utilizou o método do estudo de caso, na instituição do Parque Sapiens, enquadrada como uma abordagem qualitativa, utilizando a coleta de dados na área do estudo organizacional, apesar das críticas que ao mesmo se faz (críticas inerentes aos métodos qualitativos, como: os dados podem ser distorcidos pelo pesquisador, para ilustrar questões de maneira mais efetiva; não fornecem base para generalizações científicas; demoram muito e acabam gerando inclusão de documentos e relatórios que não permitem objetividade para análise dos dados).

No caso, o método do estudo de caso foi a opção válida por força da natureza da experiência da pesquisadora, da natureza do fenômeno investigado, do conhecimento que se pretendia alcançar e da possibilidade de generalização dos estudos a partir do método escolhido (CESAR, 2014).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi trazer informações sobre a temática de Parques Tecnológicos como instrumento de desenvolvimento regional e nacional, além de apresentar o marco jurídico adotado na Sapiens Parque S/A.

Com o objetivo acima traçado, buscou-se a origem dos Parques Científicos e Tecnológicos. Como foi apresentado, o pioneirismo em parques PCTs surgiu nos Estados Unidos, no fim da segunda guerra, por meio de dois estudantes da Universidade de Stanford, nos anos 60, originando o “Silicon Valley”.

Esse modelo de organização do conhecimento foi replicado mundo afora. Alguns possuem características distintas, e encontram-se de forma estratégica dentro de universidades, cujo objetivo é P&D, outros aglomerados geograficamente objetivando o desenvolvimento de inovações para atender as demandas empresariais “busines”, entre outras.

Quanto aos PCTs, em nível mundial, registou-se que se desenvolvem de forma não estruturada e espontânea, e que fatores como Vocação Industrial, Oportunidade de Mercado, Competência Instalada, Investimento e Políticas Públicas, constituem as principais razões para a implantação de PCTs. Destacam-se os modelos Californiano, Inglês, Norte Europeu e Mediterrâneo.

No que se refere ao panorama brasileiro, em termos de indicadores, pode se verificar que sua maioria está sendo desenvolvido no sul do Brasil, que geram, atualmente, mais de 32.237 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e sete) vagas, empregando profissionais mais qualificados e que atuam nas mais diversas áreas do conhecimento, entre outros marcadores colhidos de estudo realizado pela UnB, com apoio do MCTI.

Já com relação ao estudo realizado na Sapiens Parque S/A, destaca-se que é um empreendimento localizado em Canasvieiras, no norte de Florianópolis, Santa Catarina. Objetiva possuir infraestrutura e espaço para abrigar empreendimentos, projetos e outras iniciativas para desenvolver a região.

É um Parque de Inovação idealizado para promover e fortalecer setores econômicos como o turístico, de serviços e tecnologia, sem deixar de lado as questões prioritárias como o meio ambiente e o bem-estar da sociedade, com áreas prioritárias como: tecnológica, serviços, turismo e socioambientais.

Possui diretrizes socioambientais que visam garantir a execução das metas de sustentabilidade, associadas ao conceito do parque, além de promover o desenvolvimento do projeto de maneira harmoniosa com o

entorno direto e indireto do parque, além do equilíbrio entre os elementos urbanos e naturais.

Possui o licenciamento do empreendimento e edificações que são contínuas e sistêmicas, atendendo aos órgãos de controle.

Levando-se em conta o foco do trabalho, foi relatada a forma como foi construído o chamado “marco jurídico”, em outras palavras, uma Sociedade de Propósito Específico como modelo jurídico de negócio para o parque, tendo em vista os diferentes atores que constituem e vão constituir o empreendimento.

Foi analisado, por fim, os desafios relativos a implantação de PCTs, políticas públicas de incentivo, o marco jurídico concebido no empreendimento como modelo de negócios e o processo de inovação.

Ficou evidenciado que a viabilidade financeira de um PCT exige um esforço conjunto das três esferas de governo, atuando como catalisadores e apoiadores desses investimentos.

Nos mais diversos estudos utilizados nessa dissertação, incluindo entrevista concedida à imprensa pela presidente da ANPROTEC, conclui-se que o Brasil é carente de Políticas Públicas em “prol destas plataformas, com investimentos perenes e mais articulados, de forma a acelerar a implantação e a avaliação dos projetos em alguns territórios do país” (GARCIA, 2013), lembrando o demorado tempo de maturação desses empreendimentos.

Constatou-se, também, a necessidade do reforço da “tríplice hélice”, ou seja, a união de esforços entre o Estado, Universidades e Empresas. Como citado no início desse estudo, existe uma grande distância e, sobretudo, uma resistência a essa nova proposta, pois como cita Fernando T. Bes e Philip Kotler na obra “A Bíblia da Inovação”, “as pessoas são, por natureza, adversas às mudanças”. (BES; KOTLER, 2011).

Em relatório resultante de estudo realizado pela ANPROTEC em 2007, já acusava a necessidade de aporte de recursos financeiros significativos, ao mesmo tempo, regras claras, com segurança jurídica, para a atração intensiva de capital privado.

Entrando-se em sede de insegurança jurídica, a mesma Presidente da ANPROTEC, afirmou que “temos ainda de buscar o aperfeiçoamento do marco regulatório vigente”. (GARCIA, 2013).

A solução adotada pela Sapiens Parque S/A, projetada pelo escritório de advocacia catarinense Guimarães e Santiago, permitiu a proteção do patrimônio do empreendimento e garantiu atratividade e segurança jurídica para empresas interessadas em se instalar no ambiente.

Os estudos rumaram para um modelo jurídico simples, objetivo, mas robusto, como capacidade de participar de diversas relações jurídicas, eventualmente criadas para a execução do projeto como modelo de negócio.

A Sociedade de Propósito Específico, na forma de sociedade anônima, tem no seu escopo a versatilidade como meio de permitir a captação de recursos, ainda dentro das suas alternativas próprias de gerar valores mobiliários e atrair investidores.

Constituindo novo ente jurídico, a SPE cria a distinção de responsabilidade entre si e os sócios. As relações jurídicas realizadas pelos seus sócios não trazem risco direto ao projeto, salvo, naturalmente, a possibilidade da própria participação societária ser transferida a terceiros por força da expropriação pelo inadimplemento de obrigações pessoais.

Além disso, a pessoa jurídica regularmente constituída pode contratar e realizar qualquer negócio jurídico dentro do escopo de seu objeto social, tendo a sua existência fundada, exclusivamente, no cumprimento do programado para o projeto.

A forma apresentada traz consigo a estabilidade do projeto, pautada no respeito ao objeto da sociedade, somado com a garantia trazida por instrumentos viáveis, neste caso, como o acordo de acionistas.

Nesse sentido, a Sociedade de Propósito Específico estabelecida com um fim pontualmente previsto para a realização do Projeto Sapiens, traduz na formatação jurídica absolutamente apropriada, tornando-se o meio mais adequado para que o Projeto Sapiens Parque alcance os objetivos almejados.

Tais afirmações, relativamente a repercussão do modelo acima apresentado, já foram divulgados pela imprensa, como a exemplo da Revista ClipMonitor de 09 de agosto de 2013 entre outras, afirmando que foi desenvolvido um “modelo singular para permitir que empresas privadas se instalem na Sapiens, que tem como acionistas instituições públicas e de governo. A solução proposta protege o patrimônio do parque e o seu conceito, sem perder a atratividade, dinamismo e segurança jurídica necessária as empresas interessadas”. (CORRÊA, 2013).

Veja-se, portanto, que já é possível verificar reflexos positivos do modelo jurídico adotado no empreendimento. Note-se, conforme experiência da pesquisadora que trabalha em loco no projeto, que problemas novos aparecem recorrentemente, necessitando, por vezes, de ajustes. Contudo, conforme já publicado, a formatação jurídica adotada parece ser, assim como o próprio empreendimento, indutor profficuo do processo de inovação em nível federal e estadual, sempre lembrando que

o processo de maturação de um PCT é considerado pela literatura como de longa duração, e por consequência existem poucas publicações conclusivas no que se refere a resultados concretos.

Finalizando, repete-se, para que o processo de inovação seja acelerado no país, são de fundamental importância os investimentos públicos, a formação de lideranças que, de forma insistente, busquem superar os obstáculos e os desafios de instalação de um Parque Científico e Tecnológico. Ainda nesse contexto, é necessária também, a capacitação de profissionais que atuarão no processo de inovação. Dessa forma, os Parques poderão se consolidar como instrumento agregador das sinergias dos elementos da tripla hélice: academia, setor privado e governo.

REFERÊNCIAS

- ANPROTEC. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas. **Portfólio de parques tecnológicos do Brasil**. Brasília: ANPROTEC, 2008.
- _____. **Parques tecnológicos no Brasil – Estudo, análise e proposições**. 2011a. Disponível em: <http://www.ANPROTEC.org.br/ArquivosDin/estudo-parques_pdf_16.pdf>. Acesso em dez. 2014.
- _____. **XIX Workshop ANPROTEC - Parques Tecnológicos**. 2011b. Disponível em: <<http://www.seminarionacional.com.br/apresentacoes/pdf/moscheta_s_polidoro.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2014.
- _____. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Estudo, Análise e Proposições sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil** – relatório técnico Brasília: ANPROTEC, 2012.
- BAKOUROS, Yiannis L.; Dimitri C.; VARSAKELIS, Nicos C. **Science park, a high tech fantasy?: an analysis of the science parks of Greece**. *Technovation*, 22, p. 123-128, 2002.
- BARQUETTE, S. Fatores de localização de incubadoras e empreendimentos de alta tecnologia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 3, p. 101-113, 2002.
- BES, Fernando Trías de; KOTLER, Philip. **A Bíblia da Inovação** – Princípios fundamentais para levar a cultura da inovação contínua às organizações. São Paulo: Leya, 2011.
- BOLTON, W. **The university handbook on enterprise development**. Paris: Columbus Handbooks, 1997.
- _____. **Parques tecnológicos no Brasil: estudo, análise e proposições**. 2007. Disponível em <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Parques%20Tecnol%C3%B3gicos%2>

0-

%20Estudo%20an%C3%A1lises%20e%20Proposi%C3%A7%C3%B5es.pdf >. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estudo de projetos de alta complexidade:** indicadores de parques tecnológicos. Brasília: CDT/UnB, 2013.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estudo de Projetos de Alta Complexidade:** indicadores de parques tecnológicos. Brasília: CDT/UnB, 2014.

CARVALHO, André. **Plano diretor de tecnologia da informação e comunicação do Estado do Piauí – PDTIC.** Análise jurídica do modelo de gestão do parque b tecnológico do pólo de TIC do Piauí - Relatório Final. 2008. Disponível em: <<http://www.ati.pi.gov.br/pdf/pdti33.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. **Método do estudo de caso (*case studies*) ou método do caso (*teaching cases*)?** Uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em administração. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf>. Acesso em dez. 2014.

CORRÊA, Cristine Isabele. **Modelo jurídico inovador viabiliza investimentos privados em parque de inovação de Florianópolis.** 2013. Disponível em: <<http://www.dialetto.com.br/site/modelo-juridico-inovador-viabiliza-investimentos-privados-em-parque-de-inovacao-de-florianopolis/>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

DINIZ, C. C.; SANTOS, F.; CROCCO, M. Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DOSI, Giovanni. **Mudança técnica e transformação industrial:** a teoria e uma aplicação à indústria de semicondutores. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

ERNEST & YOUNG. **Master Plan da Sapiens Parque S/A.** 2002.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet (Eds.). **Universities in the Global Economy: A Triple Helix of University-Industry-Government Relations**. London: Cassell Academic, 1997.

EUROPEAN COMMISSION. **Regional Research Intensive Clusters and Science Parks**. Belgium (Brussels): European Communities, 2007. Disponível em: <<http://www.eeda.org.uk/1613.asp>>. Acesso em nov. 2014.

FERREIRA Jr., Hamilton de Moura; SANTOS, Luciano Damasceno. Sistemas e arranjos produtivos locais: o caso do pólo de informática de Ilhéus (BA). **Rev. Econ. Contemp.** Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2006.

FIGLIOLI, Aline; PORTO, Geciane Silveira. Financiamento de parques tecnológicos: um estudo comparativo de casos brasileiros, portugueses e espanhóis. **Rev. Adm.** (São Paulo) [online]. 2012, vol.47, n.2, pp. 290-306.

FRESTA, Alcina Maria Rodrigues. **Condições para a criação do conhecimento organizacional na FTPI – Fundação Parque Tecnológico de Itaipu: um estudo de caso**. 2010. 89f. Trabalho de Mestrado em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná e União Dinâmica de Faculdades Cataratas. Curitiba. 2010.

FUKUGAWA, Nobuya. Science parks in Japan and their value-added contributions to new technology-based firms. **International Journal of Industrial Organization**, 24, p. 381-400, 2006.

GAINO, Alexandre Augusto Pereira and PAMPLONA, João Batista. Abordagem teórica dos condicionantes da formação e consolidação dos parques tecnológicos. **Prod.** [online]. 2014, vol.24, n.1, pp. 177-187. Epub May 24, 2013. ISSN 0103-6513.

GARCIA, Francilene. Parques Tecnológicos: Plataformas de apoio à inovação. **Revista T&C Amazônia**. 2014. Disponível em: <<http://www.fucapi.br/tec/2014/03/27/parques-tecnologicos-plataformas-de-apoio-a-inovacao/>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

GIUGLIANI, Eduardo. **Modelo de governança para parques científicos e tecnológicos no Brasil**. 2011. 310f. Tese de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2011.

_____; SELIG, Paulo Mauricio; SANTOS, Neri dos. **Modelo de governança para parques científicos e tecnológicos no Brasil**. Brasília: ANPROTEC/SEBRAE, 2012.

GOWER, Simon; HARRIS, Frank. Evaluating British science parks as property investment opportunities. **Journal of Property Valuation & Investment, Bradford**, v. 14, Issue 2, p. 24-37, 1996.

HASSINK, Robert; Hu, Xiaohui. Specialisation to Diversification in Science and Technology Parks. **World Technopolis Association, WTR**, 1, p. 6-15, 2012.

HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora. **Parques tecnológicos: um debate em aberto**. Porto Alegre: Nova Era, 2004.

HU, Albert Guangzhou. Technology parks and regional economic growth. In China. **Research Policy** **36**. 2007.

IASP, International Association Science Park. SCIENCE PARK (IASP Official definition), 6 february 2002. Disponível em: <<http://www.iasp.ws/publico/index.jsp?enl=2>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

INSTITUTO SAPIENTIA. **Instituto**. Disponível em: <<http://www.sapientia.org.br/o-instituto>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

KIM, Linsu; NELSON, Richard R. **Tecnologia, aprendizado e inovação, as experiências das economias de industrialização recente**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

LINK, A. N.; SCOTT, J. T. The Economics of university research parks. **Oxford Review of Economics Policy**, v. 23, n.4, p. 661-674, 2007.

LONGUI, Cristian. Networks, Collective Learning and Technology Development in innovative High Technology Regions: The Case Of Sofhia-Antipolis, **Regional Studies**, 33(4), p. 333-342, 1999.

MACDONALD, Stuart; DENG, Yunfeng. Science parks in China: a cautionary exploration. **International Journal of Technology Intelligence and Planning**, 1 (1), p. 1-14, 2004.

NOCE, Adriana F. R. **O processo de implantação e operacionalização de um parque tecnológico**. Florianópolis: UFSC, 2002.

OECD - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

PACHECO, C. A. Sistema Paulista de Parques Tecnológicos começa a se tornar realidade. **Jornal da Ciência**. Publicação da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Rio de Janeiro. Ano XXIV Nº 667, 2006.

PARQTEC. **Parque Tecnológico de São Carlos**. 2009. Disponível em <<http://www.parqtec.com.br>>. Acesso em jan. 2015.

PHILLIMORE, John; JOSEPH, Richard. **The International Handbook on Innovation**, p. 750-757, 2003.

PIMENTEL, L.O. Propriedade intelectual e inovação: marco conceitual e regulatório. In: PIMENTEL, L.O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio**. Módulo I. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 3. ed. rev. e atual. Brasília: MAPA; Florianópolis: EaD/UFSC/Fapeu, 2012. p. 43-100.

PLONSKI, Guilherme Ary. **Empreendedorismo inovador sustentável**. Parcerias Estratégicas. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 15(31), p. 153-158, 2010.

PRADELLA, Simone. **Os parques científicos tecnológicos e a inovação**: reflexos no desenvolvimento local. Disponível em: <<file:///C:/Users/3020967/Downloads/4326-8629-1-SM.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

PURCIDONIO, P. M. **Práticas de Gestão do Conhecimento em Arranjo Produtivo Local: o setor moveleiro de Arapongas – PR.** 2008. 153f. Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

RIBEIRO, Luciano Maciel; BOTELHO, Silvia Silva da Costa; FILHO, Nelson Duarte. **Avaliando a estratégia do parque tecnológico Oceantec a partir da utilização da ferramenta estrategigrama.** 2012. Disponível em: <<http://www.sergipetec.se.gov.br/sgw/upload/EVTE%20DO%20PARQUE%20VS%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

ROSENBLUM, Lois. Profiting from research. **American School & University, Overland Park**, v.77, n.3, p.334-337, Nov. 2004.

ROTHSCHILD, Andrew. Promoting science and technology parks through best and next practices in real state management. In: IASP World Conference on Science and Technology Parks, 21., 2001, Chennai. **Proceedings...** Chennai: IASP, 2001.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. **Projeto Orla Norte 2010.** Florianópolis: CODESC, s.d.

_____. **Projeto Orla Norte 2010:** Plano urbanístico. Florianópolis: CODESC, 1996.

_____. Constituição do Estado de Santa Catarina. 2013. Disponível em: <http://www.alesec.sc.gov.br/portal_alesec/legislacao>. Acesso em: 2 jul. 2013.

SANTOS, Flávio Marcelo Risuenho dos; SOUSA, Richard Perassi Luiz de. O conhecimento no campo de engenharia e gestão do conhecimento. **Perspect. ciênc. inf.** [online]. 2010, vol.15, n.1, pp. 259-281.

SANTOS, Marli Elizabeth Ritter. Licenciamento e comercialização de tecnologia: apresentação de casos. Mesa redonda. **IV Encontro de Propriedade Intelectual e Comercialização de Tecnologia**, 2001, Rio de Janeiro, RJ, anais.

SAPIENS PARQUE. **Projeto básico anexo I**. Florianópolis: Sapiens Parque, 2014.

_____. **Parte jurídica**. Florianópolis: Sapiens Parque, 2014a.

_____. **Relatório de administração 2013**. Florianópolis: Sapiens Parque, 2013.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Infraestrutura. **Sergipe parque tecnológico**: estudo de viabilidade técnico-econômica. Aracaju. Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.sergipetec.se.gov.br/sgw/upload/EVTE%20DO%20PARQUE%20VS%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SIEGEL, D., WALDMAN, D., LINK, A. Assessing the impact of organizational practices on the relative productivity of university technology transfer offices: an exploratory study. **Research Policy** **32**, 2003.

SILVA, Beatriz Francalacci da. O projeto Sapiens Parque: impactos socioeconômicos e ambientais em Florianópolis. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 163-184, jan/jun 2011.

SILVEIRA, Francisco Eduardo Gonçalves. **Sustentabilidade e inovação**: o caso do sapiens parque. 2010. 188f. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PósARQ, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis. 2010.

SOLY, Bruna; ROCHA, Maria Carolina; LOURES, Marina; AZEVEDO Paula; BICALHO, Tiara; BOHNENBERGER, Vitor. **Os desafios de obter recursos financeiros para o planejamento, implantação e operacionalização de parques tecnológicos**. 2012. Disponível em: <<http://inventta.net/wp-content/uploads/2012/04/recursos-financieiros-parques-tecnologicos.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006, p. 20-45.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

VEDOVELLO, Conceição; MACULAN, Anne-marie Delauney; JUDICE, Valéria M. M. **Projeto de Acompanhamento dos Parques Tecnológicos Financiados pela FINEP**. Rio de Janeiro: Finep, 2006.

XAVIER, Mário. **Polo tecnológico de Florianópolis**. Origem e Desenvolvimento. Florianópolis: Insular, 2010.

ZAMMAR, Gilberto. **Infraestrutura para implantação de empresas de base tecnológica – parque tecnológico de Ponta Grossa**. 2010. 105f. Dissertação em Engenharia de Produção, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa. 2010.

ZEN, Aurora Carneiro. A articulação e o desenvolvimento dos parques tecnológicos: o caso do programa Porto Alegre Tecnópole – Brasil. **Anais do XI Seminário Latino Iberoamericano de Gestão Tecnológica** p.1-12. Salvador/BA, 2005.

ZOUAIN, Désirée Moraes. **Parques tecnológicos – propondo um modelo conceitual para regiões urbanas – o parque tecnológico de São Paulo**. Tese (Doutorado), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN/USP, São Paulo, 2003.

_____; DAMIÃO, Devanildo; SCHIRRMEISTER, Renata. Estudo das demandas por inovação e conhecimentos em empresas situadas no entorno de Parques Científicos e tecnológicos: O Parque Tecnológico de São Paulo. **XXV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica - ANPAD**. Brasília-DF; 2008.